

Destaque



Veículo Informativo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Ano III n. 23 maio 2004



***TRF da 1ª Região empossa
nova administração***

Nova composição do TRF-1ª Região

PLENÁRIO

Des. Federal Aloísio Palmeira Lima – Presidente
Des. Federal Mário César Ribeiro – Vice-Presidente
Des. Federal Assusete Magalhães – Corregedora-Geral
Des. Federal Plauto Ribeiro
Des. Federal Tourinho Neto
Des. Federal Catão Alves
Des. Federal Jirair Aram Meguerian
Des. Federal Carlos Fernando Mathias
Des. Federal Olindo Menezes
Des. Federal Luciano Tolentino Amaral
Des. Federal Cândido Ribeiro
Des. Federal Hilton Queiroz
Des. Federal Carlos Moreira Alves
Des. Federal I'talo Fioravanti Sabo Mendes
Des. Federal Carlos Olavo
Des. Federal Amilcar Machado
Des. Federal Antônio Ezequiel da Silva
Des. Federal Daniel Paes Ribeiro
Des. Federal Luiz Gonzaga Barbosa Moreira
Des. Federal João Batista Gomes Moreira
Des. Federal Antônio Souza Prudente
Des. Federal Selene Maria de Almeida
Des. Federal Sebastião Fagundes de Deus
Des. Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves
Des. Federal Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues
Des. Federal Maria do Carmo Cardoso
Des. Federal Leomar Barros Amorim de Sousa

CORTE ESPECIAL

Des. Federal Aloísio Palmeira Lima – Presidente
Des. Federal Mário César Ribeiro – Vice-Presidente
Des. Federal Assusete Magalhães – Corregedora-Geral
Des. Federal Plauto Ribeiro
Des. Federal Tourinho Neto
Des. Federal Catão Alves
Des. Federal Jirair Aram Meguerian
Des. Federal Carlos Fernando Mathias
Des. Federal Olindo Menezes
Des. Federal Luciano Tolentino Amaral
Des. Federal Cândido Ribeiro
Des. Federal Hilton Queiroz
Des. Federal Carlos Moreira Alves
Des. Federal I'talo Fioravanti Sabo Mendes
Des. Federal Carlos Olavo
Des. Federal Amilcar Machado
Des. Federal Antônio Ezequiel da Silva
Des. Federal Daniel Paes Ribeiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Des. Federal Aloísio Palmeira Lima – Presidente
Des. Federal Mário César Ribeiro – Vice-Presidente
Des. Federal Assusete Magalhães – Corregedora-Geral
Des. Federal Plauto Ribeiro
Des. Federal Tourinho Neto
Des. Federal Jirair Aram Meguerian
Des. Federal Olindo Menezes
Des. Federal Antônio Ezequiel da Silva
Des. Federal Daniel Paes Ribeiro

1ª SEÇÃO

Des. Federal Mário Cesar Ribeiro – Presidente
Des. Federal Catão Alves
Des. Federal Jirair Aram Meguerian
Des. Federal Carlos Moreira Alves
Des. Federal Amilcar Machado
Des. Federal Luiz Gonzaga Barbosa Moreira
Des. Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves

1ª TURMA

Des. Federal Luiz Gonzaga Barbosa Moreira –
Presidente
Des. Federal Amilcar Machado
Des. Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves

2ª TURMA

Des. Federal Jirair Aram Meguerian –
Presidente
Des. Federal Catão Alves
Des. Federal Carlos Moreira Alves

2ª SEÇÃO

Des. Federal Mário Cesar Ribeiro – Presidente
Des. Federal Plauto Ribeiro
Des. Federal Olindo Menezes
Des. Federal Cândido Ribeiro
Des. Federal Hilton Queiroz
Des. Federal I'talo Fioravanti Sabo Mendes
Des. Federal Carlos Olavo

3ª TURMA

Des. Federal Plauto Ribeiro –
Presidente
Des. Federal Olindo Menezes
Des. Federal Cândido Ribeiro

4ª TURMA

Des. Federal I'talo Fioravanti Sabo
Mendes – **Presidente**
Des. Federal Hilton Queiroz
Des. Federal Carlos Olavo

3ª SEÇÃO

Des. Federal Mário César Ribeiro – Presidente
Des. Federal Daniel Paes Ribeiro
Des. Federal João Batista Gomes Moreira
Des. Federal Antônio Souza Prudente
Des. Federal Selene Maria de Almeida
Des. Federal Sebastião Fagundes de Deus
Des. Federal Maria Isabel D. Gallotti Rodrigues

5ª TURMA

Des. Federal João Batista Gomes Moreira –
Presidente
Des. Federal Selene Maria de Almeida
Des. Federal Sebastião Fagundes de Deus

6ª TURMA

Des. Federal Antônio Souza Prudente –
Presidente
Des. Federal Daniel Paes Ribeiro
Des. Federal Maria Isabel D. Gallotti

4ª SEÇÃO

Des. Federal Mário César Ribeiro – Presidente
Des. Federal Tourinho Neto
Des. Federal Carlos Fernando Mathias
Des. Federal Luciano Tolentino Amaral
Des. Federal Antônio Ezequiel da Silva
Des. Federal Maria do Carmo Cardoso
Des. Federal Leomar Barros Amorim de Sousa

7ª TURMA

Des. Federal Tourinho Neto –
Presidente
Des. Federal Luciano Tolentino Amaral
Des. Federal Antônio Ezequiel da Silva

8ª TURMA

Des. Federal Maria do Carmo Cardoso –
Presidente
Des. Federal Carlos Fernando Mathias
Des. Federal Leomar Barros A. de Sousa

Novidades no Tribunal

Mais uma gestão se inicia no TRF da Primeira Região, no mês de abril. O Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima recebe a função de Presidente da Corte, imbuído da vontade de dar continuidade ao trabalho desenvolvido na gestão do Presidente Catão Alves, considerada por todos muito eficaz, constatação que pode ser conferida na Publicação “Destaque Especial – dois anos de gestão”, lançada no mês passado. No mesmo dia, o Tribunal empossou o Desembargador Federal Mário César Ribeiro como Vice-Presidente e a nova Corregedora-Geral da Justiça Federal da Primeira Região, Desembargadora Federal Assusete Magalhães.

Também em abril foi inaugurada a nova sede da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região e Centro de Treinamento da Justiça Federal, um marco na história do Judiciário, já que objetiva capacitar magistrados e servidores da Justiça, o que irá aprimorar a prestação jurisdicional.

Essa é uma preocupação constante da Administração da Corte que motivou a existência de um Comitê de Qualidade de Vida (PGQVT). Por meio dele, o Tribunal proporcionou a formatura da primeira Turma de Alfabetização de Adultos, composta por 18 prestadores de serviços da área de conservação e limpeza.

São as ações inovadoras que o Poder Judiciário vem registrando, a cada dia, na sua história.

Os editores
destaque@trf1.gov.br

PRESIDENTE

Aloísio Palmeira Lima

VICE-PRESIDENTE

Mário César Ribeiro

CORREGEDOR-GERAL

Assusete Magalhães

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Plauto Ribeiro

Tourinho Neto

Catão Alves

Jirair Aram Meguerian

Carlos Fernando Mathias

Olindo Menezes

Luciano Tolentino Amaral

Cândido Ribeiro

Hilton Queiroz

Carlos Eduardo Moreira Alves

Ítalo Mendes

Carlos Olavo

Amílcar Machado

Antônio Ezequiel

Daniel Paes Ribeiro

Luiz Gonzaga Barbosa Moreira

João Batista Gomes Moreira

Antônio Souza Prudente

Selene Maria de Almeida

Sebastião Fagundes de Deus

Antônio Sávio de Oliveira Chaves

Maria Isabel Diniz Gallotti

Rodrigues

Maria do Carmo Cardoso

Lcomar Barros Amorim de Sousa

DIRETOR-GERAL

Alcides Diniz da Silva

SECRETÁRIO-GERAL

Paulo Cardoso de Oliveira

ASSESSORA DE

COMUNICAÇÃO

Etiene Gomes de Carvalho

(4165/014/003/DF)

EDITORES

Etiene Gomes e Lucimar de Melo

REDATORES

Etiene Gomes, Ivani Morais,

Janine Russczyk, Juliana Freire, Lucimar de Melo, Marcela Correia, Márcia Barroso, Marília Maciel, Rafael Braga e Samantha Salomão

Estagiários

Bárbara Nogueira, Camila Santana, José Alexandre de Souza, Juliana Corrêa e Raquel Meleiro

DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO

Jordânia J. Alves

FOTOS

Luiz Carlos Xavier, Carlos Rodrigues, Magnaldo Timo, Luiz Augusto Cals, Saulo Cruz, Vandency Machado e Bruno Almeida

ILUSTRAÇÃO

Saulo Cruz

PADRONIZAÇÃO e EDIÇÃO

Assessoria de Comunicação Social-Ascom

DISTRIBUIÇÃO

José Miguel Pereira dos Reis

Sumário

5



Turma de alfabetização comemora conclusão do curso

10



Inauguração da nova sede da Esmaf e Centrejufe

17



Lançada a emissão de certidão on-line

14



Tribunal comemora 15 anos

FOTOLITOS

Color Press Bureau

IMPRESSÃO

Gráfica do TRF-1ª Região

TIRAGEM

2.500 exemplares

Assessoria de Comunicação Social

Praça dos Tribunais Superiores - SAS - Quadra 02 - Bloco A -

Edifício-Sede - sala 03.

CEP: 70095-900

Fones: (0xx61) 314-5371/79

Telefax: (0xx61) 226-4985

E-mail: ascom@trf1.gov.br /

destaque@trf1.gov.br /

radio@trf1.gov.br /

tv@trf1.gov.br

PCTT 066.02.002-C



JUÍZA FEDERAL MORRE EM ACIDENTE AÉREO

O Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Desembargador Federal Aloísio Palmeira, assinou dia 15 de maio uma nota cumprindo o doloroso dever de comunicar o falecimento da Juíza Federal Substituta Dra. Fabíola Bernardi, Coordenadora da Subseção Judiciária de Tabatinga/AM, em acidente aéreo ocorrido em 14 de maio de 2004, nas proximidades do aeroporto de Manaus/AM. Na nota de falecimento, o Presidente do Tribunal lamentou profundamente a perda da magistrada. A Juíza Federal Substituta Fabíola Bernardi tinha 31 anos, era paulista e bacharela em Direito pela Universidade de São Paulo. Na Justiça Federal, ingressou, mediante concurso público, em 12 de novembro de 2001, sendo designada para atuar na 4ª Vara da Seção Judiciária do Pará. Em 30 de dezembro de 2002, foi removida para Seção Judiciária do Distrito Federal, local em que atuou na 18ª Vara. Em 26 de março de 2004, foi removida para a Seção Judiciária do Amazonas, onde vinha exercendo a função de coordenadora da Subseção Judiciária de Tabatinga/AM.



LUTO OFICIAL NA PRIMEIRA REGIÃO – O Presidente Aloísio Palmeira assinou a Portaria/Presi 1104-244 declarando luto oficial, por três dias (17, 18 e 19 de maio), no Tribunal Regional Federal, Seções e Subseções Judiciárias da 1ª Região, em decorrência do falecimento da magistrada.

Tribunal investe em educação



Alunos exibem com orgulho o diploma

A solidariedade e a boa vontade de cidadãos e instituições brasileiras impulsionam, cada vez mais, projetos sociais e ações voluntárias no País, que dão o exemplo do exercício da cidadania. Preocupado não apenas com a máquina processual, o TRF-1ª Região alfabetizou 18 prestadores de serviço da área de limpeza e conservação.

No dia 16 de abril, os formandos da primeira turma de alfabetização para adultos da Casa vestiram beca e exibiram orgulhosos, no hall do Plenário, o certificado de conclusão do curso. A alegria e a felicidade dos olhares ritmavam os aplausos de familiares, amigos, servidores e autoridades presentes.

Os motivos que levaram os funcionários da empresa Capital a encarar o desafio foram variados. Mas as histórias de suas vidas têm fatos comuns: uns abandonaram os estudos quando crianças para trabalhar e ajudar as famílias; outros sequer chegaram a entrar numa sala de aula.

Na opinião do prestador José Carlos Ferreira Nunes, lavador de veículos do Tribunal, aprender a ler e escrever foi o momento mais importante da sua vida. Para a prestadora Maria Moreira da Silva, a conquista significou “oportunidade de crescimento profissional”, afirmou com a visão de quem

enxerga na educação a porta para um futuro melhor.

Investir em educação – A iniciativa partiu do Comitê de Responsabilidade Social e fez parte de uma das ações do Programa de Gestão em Qualidade de Vida no Trabalho – PGQVT. Numa sala adaptada para as aulas, no subsolo do Ed. Anexo I, os estudantes utilizaram material escolar doado por “padrinhos”, servidores ou unidades do Tribunal que abraçaram a causa.

As duas professoras voluntárias, uma delas servidora do Tribunal, fizeram um curso de extensão no Uniceub para ministrar as aulas para a turma. A universidade tam-

bém aderiu ao voluntariado e doou kits com caderno, lápis e borracha, além dos certificados entregues aos prestadores alfabetizados. Segundo Nádia Santana, integrante do comitê de responsabilidade, o projeto pretende estender-se aos ensinos fundamental e médio por meio de um telecurso, a exemplo do que já ocorre no STJ.



Coordenadores e alunos comemoram a conclusão do curso de alfabetização bastante emocionados

União para engrandecer o Tribunal

Por Etiene Gomes



“Realizar uma administração de paz e harmonia, contando com a colaboração de todos os membros do TRF”, é a intenção do Desembargador Federal Aloísio Palmeira à frente da Presidência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Natural de Pindobaçu/BA, o novo Presidente ingressou na Justiça Federal em 1976, na Seção Judiciária da Bahia, onde foi Diretor do Foro no período de 1979/80. No Tribunal Regional Federal da 1ª Região, foi empossado em 4 de agosto de 1993, promovido por antiguidade. Consciente dos desafios que terá de enfrentar, o Desembargador Federal Aloísio Palmeira, movido pelo ânimo de trabalhar no limite de suas forças, pretende contribuir com a melhoria dos serviços da Justiça Federal de 1º e 2º graus. Em seu discurso de posse, o novo Presidente do Tribunal manifestou o desejo de contar com a colaboração dos Poderes Legislativo e Executivo para que o Brasil possa ter um Poder Judiciário que atenda os anseios da população.

Nessa entrevista, o Presidente fala sobre suas metas e deixa algumas considerações para magistrados e servidores da 1ª Região, sempre enaltecendo a força da união para a realização de um bom trabalho. “É pela união que conseguiremos trabalhar em benefício do engrandecimento do nosso TRF”, afirma.

Confira, abaixo, a íntegra da entrevista:

Quais as principais metas da administração de V. Exa.?

Irei trabalhar para modernizar a Justiça Federal da 1ª Região. Como corregedor-geral, no período de abril de 2002 a abril de 2004, tive a oportunidade de conhecer de perto as necessidades prementes das Seções Judiciárias. Buscarei recursos para tentar mudar essa situação, lutarei para aproximar cada vez mais a Justiça Federal do povo, instalando varas no interior dos estados que compõem a 1ª Região e apoiando os Juizados Especiais Federais, que levam a esperança a milhares de brasileiros, ao reconhecerem, de forma rápida, seus direitos previdenciários. Dar transparência aos atos do Poder Judiciário também é uma de minhas metas; para isso investirei em projetos e ações inovadoras a fim de facilitar o relacionamento da imprensa com o Poder Judiciário, como o Sistema Integrado de Divulgação Jornalística, que permitirá a transmissão de julgamentos deste Tribunal por meio da internet, com alcance mundial, que traduzirá pioneirismo na Justiça brasileira.

Quando V. Exa. pretende iniciar a implantação das varas federais no in-

terior dos estados da 1ª Região?

A lei prevê a implantação definitiva, de forma gradativa, a partir do próximo ano, de 2005 até 2008. Conseguimos, porém, introduzir na lei de diretrizes orçamentárias emenda, a fim de que se possa antecipar essa implantação em um ano. Significa dizer que, aprovada a emenda, concluiremos a implantação em 2007. De qualquer forma, estamos fazendo gestões para iniciar a instalação provisória dessas varas. Já existe a disposição manifestada por lideranças políticas, estaduais, regionais e locais no sentido de fornecer servidores de órgãos estaduais e municipais, bem como indicar imóveis que possam ser utilizados ou alugados pelo TRF para instalação das novas varas. Assim, muitas delas já poderão funcionar a partir do próximo ano e contarão com os juizes que serão aprovados no concurso que está em andamento.

Como V. Exa. vê o projeto de reforma do Judiciário que está sendo discutido?

A reforma, como está sendo proposta, traz apenas medidas paliativas. A verdadeira reforma deve ser a que atenda a

população em seus anseios de justiça célere. Necessitamos de reforma estrutural, que ofereça melhores condições materiais e de pessoal para a Justiça e, também, de reforma processual para eliminar as leis anacrônicas, com o objetivo de agilizar a prestação jurisdicional.

Qual a avaliação que V. Exa. faz do trabalho dos Juizados Especiais Federais?

É altamente positivo. Basta verificar as estatísticas dos atendimentos. Na Seção Judiciária de Minas Gerais, por exemplo, já existem, em curso, cerca de 350 mil processos nos Juizados Especiais Federais. Na Seção Judiciária da Bahia, são mais de 150 mil processos em andamento. Por esses dados, verifica-se que são esses juizados a prova mais eloqüente de que, facilitado o acesso dos menos afortunados à Justiça, a demanda antes reprimida expressa-se no somatório, hoje verificado, de mais de dois milhões de processos em todas as varas dos Juizados Federais do país.

O que V. Exa. pensa sobre a virtualização de procedimentos?

Projetos como o da execução fiscal vir-

tual e o dos Juizados Especiais Federais virtuais receberão todo meu apoio. Durante minha gestão, trabalharei para virtualizar, digamos assim, todos os Juizados Especiais da 1ª Região. Tal virtualização, que hoje existe apenas na Justiça Federal do Distrito Federal e na do Tocantins, contribui bastante com a redução das formalidades. A atermação, por exemplo, é feita eletronicamente, e muitos atos processuais são realizados pelo procedimento eletrônico, sem a utilização de papéis. Já está prevista a implantação dos Juizados virtuais nas Seções Judiciárias do Amapá, Piauí, Roraima, Rondônia, Acre e Mato Grosso até agosto. Existe, ainda, a possibilidade de implantarmos outros três, no segundo semestre, no Maranhão, Amazonas e Pará.

V. Exa. acredita que a informática pode ser uma importante aliada no combate ao problema da morosidade da Justiça?

Sem dúvida, a Informática pode ser grande aliada da Justiça no sentido de minimizar o tempo dos julgamentos. Acredito que, depois da reforma processual que abrevie ritos, todos os processos poderão ser virtuais. Tenho certeza de que os Juizados virtuais servirão de inspiração e teremos, assim, contribuído para a modernização da Justiça.

Uma das metas de V. Exa. é a transmissão, pela internet, dos julgamentos realizados no âmbito do Tribunal. V. Exa. acredita ser esse um importante passo rumo à transparência do Judiciário?

Sim, não só para dar conhecimento de nossos julgamentos, uma vez que a população se queixa de serem muito fechadas as decisões da Justiça, mas também para o cidadão saber que a causa de seu interesse está sendo julgada.

V. Exa. nomeou dois servidores de carreira para exercerem, respectivamente, os cargos de secretário-geral e de diretor-geral. Há alguma razão especial nessas nomeações?

Em primeiro lugar, o propósito de valorizar e também valorar o servidor da Casa. A manutenção do Dr. Alcides representa continuidade dos trabalhos que ele vinha desempenhando com muita dedicação e proficiência, dado o fato de que ele tem bom conhecimento dos serviços judiciais. Dr. Paulo Cardoso é servidor antigo, professor universitário de Direito Administrativo, representante dos servidores no Pro-Social, e tem visão bastante ampla dos problemas do Tribunal, o que o credencia a auxiliar a Presidência na solução dos problemas administrativos.

O que V. Exa. pensa a respeito do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho (PGQVT) existente no Tribunal? Ações para melhorar a qualidade de vida de servidores e magistrados serão bem-vindas durante sua administração?

Como se costuma dizer, saúde é vida. Qualquer trabalhador, seja intelectual ou braçal, precisa sempre ter o controle de saúde para melhor desempenho de suas atividades funcionais e pessoais. Apoiarei ações que visem à melhor qualidade de vida dos magistrados e servidores da 1ª Região.

Há algum projeto da sua administração no sentido de propiciar mais segurança aos magistrados e servidores do Tribunal?

Está sendo elaborado projeto integrado de segurança patrimonial e pessoal dos magistrados. Para isso, o Tribunal investirá em equipamentos que facilitem essa segurança, como detectores de metais e câmeras nos gabinetes dos desembargadores federais. Tudo para que se possa melhorar o controle do acesso às dependências do TRF. Também há a questão da deficiência de iluminação pública nos arredores do TRF e que pretendemos solucionar.

O que os magistrados da 1ª Região podem esperar da nova administração?

O magistrado da 1ª Região pode con-

tar com o apoio do presidente do TRF no que se refere às reivindicações mais justas das Seções Judiciárias, quanto às instalações e equipamentos, dentro das possibilidades orçamentárias. Estamos encaminhando assinatura de convênios com entidades para o melhor funcionamento dos serviços na 1ª instância.

V. Exa. fez questão de ter o apoio de um juiz federal (Dr. Marcos Augusto de Sousa), na Presidência, para auxiliá-lo no atendimento aos magistrados da 1ª Região. O que o motivou a tomar essa decisão?

Os juízes federais queixavam-se da falta de atendimento imediato. É claro que o Presidente do Tribunal não pode atender, em audiência, e com presteza a todos os juízes da 1ª Região. Escolhi um juiz federal de grande experiência para intermediar esses contatos não só em questões administrativas, mas de natureza funcional, ou outro tipo de atendimento. Os juízes serão orientados para que as reivindicações administrativas devam ser levadas, primeiramente, ao Diretor do Foro, salvo a impossibilidade de a solução ser ali obtida.

O que os desembargadores do Tribunal podem esperar da administração de V. Exa.?

Já na primeira sessão que presidi, manifestei o propósito de realizar administração marcada pela paz e harmonia, com a colaboração de todos os membros do TRF, e de afastar eventuais divergências, pois o que vale é a força da união. É pela união que conseguiremos trabalhar melhor em benefício do engrandecimento de nosso Tribunal.

E quanto aos servidores da 1ª Região?

Não posso alimentar falsas expectativas, com promessas que a Presidência não possa realizar, mas já tivemos, no primeiro momento, a elevação do valor do auxílio-creche, de 200 para 300 reais. Dentro das disponibilidades orçamentárias, outros benefícios serão concedidos, contanto que não dependam de lei expressa.





Condecorações do mês de abril

As condecorações são prática comum no Serviço Público. Existe até mesmo uma ciência que estuda moedas e medalhas: a Numismática. Por meio dela, pesquisadores conseguem fazer um verdadeiro panorama das diversas fases da história de um povo.

No Judiciário, as condecorações servem para destacar e reconhecer o trabalho daqueles que se dedicam à prestação de serviços relevantes para a sociedade e para a cultura jurídica, além de homenagear personalidades de destaque.

Colar do Mérito Judiciário “Ministro Nelson Hungria”

O TRF-1ª Região concedeu o Colar do Mérito Judiciário “Ministro Nelson Hungria” ao Presidente do Senado Federal, José Sarney, em sessão solene realizada no dia 16, na sala de sessões plenárias.

O colar foi instituído para agradecer personalidades e autoridades, bem como pessoas jurídicas e instituições, nacionais ou estrangeiras, que, por seus méritos ou relevantes serviços à cultura jurídica, se fizerem merecedoras de especial distinção.

Estiveram na solenidade o Presidente do STF, Maurício Corrêa; o Ministro Carlos Ayres de Britto, também do STF; o Ministro Francisco César Asfor Rocha, do STJ; o Ministro Valmir Campelo, Presidente do TCU; e representantes do Ministério Público Federal.



Ordem do Mérito Judiciário Militar

O Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian foi admitido no Grau Alta Distinção do Quadro Especial do Conselho da Ordem do Mérito Judiciário Militar no dia 1º, no pátio externo do edifício-sede do Superior Tribunal Militar.



A condecoração foi parte da solenidade do 196º aniversário do STM.

Mérito Eleitoral do DF

No dia 14 de abril, o Desembargador Federal Carlos Olavo Pacheco de Medeiros recebeu a outorga da Medalha do Mérito Eleitoral do Distrito Federal, na categoria “Jurista”, instituída pelo Tribunal Regional Eleitoral do DF.

A solenidade aconteceu na Sala Villa-Lobos do Teatro Nacional Cláudio Santoro.



Honra da Inconfidência

No dia 21, o Juiz Federal Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes, convocado para a 2ª Turma Suplementar, recebeu a maior honraria concedida pelo Governo do Estado de Minas Gerais, a Medalha de Honra da Inconfidência.

A solenidade aconteceu às 11h, na praça Tiradentes, em Ouro Preto/MG.



Ordem do Mérito Militar

Os Desembargadores Federais Catão Alves, Assusete Magalhães, Jirair Aram Meguerian, Sebastião Fagundes de Deus, Antônio Sávio e Selene Maria de Almeida, representada pela sobrinha Priscila de Almeida Antunes, receberam a medalha da Ordem do Mérito Militar no Quartel General, em Brasília, no dia 19 de abril.



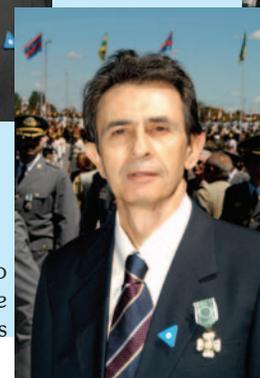
Catão Alves



Assusete Magalhães



Jirair Aram Meguerian



Sebastião Fagundes de Deus



Antônio Sávio

Tribunal empossa novo Desembargador Federal

Aproximadamente 300 pessoas estiveram no Tribunal, no dia 17 de março, para presenciar a posse do magistrado maranhense Leomar Amorim como Desembargador Federal desta Corte.

A abertura da solenidade foi feita pelo então presidente da Casa, Catão Alves, e prestigiada por diversas autoridades; entre elas, ministros, desembargadores federais, juízes e os senadores da República Luiz Carlos Bello Parga, Roseana Sarney e Edison Lobão. Além do primeiro presidente do TRF-1ª Região, Alberto Vieira da Silva, compareceram também o subchefe da Casa Civil, José Antônio Dias Toffoli, dirigentes e servidores do Tribunal.

Em entrevista à Assessoria de Comunicação, os senadores Edson Lobão e Roseana Sarney exaltaram o fato de um representante do Maranhão desempenhar tão importante missão. “Estou alegre, orgulhoso e certo de que o TRF estará bem servido com o Desembargador Amorim. Ele está pronto para servir a Justiça”, disse o senador Lobão. “Eu tenho certeza que o Desembargador, que representa o Maranhão, é uma pessoa competente,

séria e que irá prestar grandes serviços a esta Corte”, acrescentou a Senadora Roseana.

Leomar, Juiz Federal desde 1986, tomou posse, em 1987, na Seção Judiciária do Maranhão. Com vasta experiência, tendo sido Diretor de Foro tanto na Seção Judiciária do Maranhão quanto na do Piauí, foi, em diferentes ocasiões, designado para integrar o TRF-1ª Região. Desta vez, ele veio para ficar. Durante a solenidade, Leomar Amorim prestou o compro-

misso legal e prometeu desempenhar leal e honradamente as funções do cargo, respeitando a Constituição e as leis do País.

E, ao receber os cumprimentos, o novo desembargador disse que vai encarar a missão como um desafio e uma responsabilidade. Lembrou que será diferente da sua atuação na primeira instância: “o juiz julga os processos fazendo a instrução, e aqui, por ser um órgão revisor, a responsabilidade aumenta”, afirmou o Desembargador Leomar.



Saiba sobre o perfil do empossado

O Desembargador Federal Leomar Barros Amorim de Sousa é natural de Itapecuru-Mirim/MA. Ingressou no TRF da 1ª Região em 17 de março de 2004, promovido pelo critério de antiguidade. Sua investidura na Justiça Federal deu-se em 23 de fevereiro de 1987 na função de auxílio à 1ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Maranhão, em 1979.

Entre os anos de 1995 e 1998, o empossado participou de Estágio de Contacto no Centro de Estudos Judiciários – Escola da Magistratura de Portugal. Pós-graduou-se pelas Faculdades de Direito das Universidades de Lisboa e Lusíada do Porto/Portugal e, ainda, concluiu o Mestrado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa/Portugal, coordenado pelo Professor Doutor Jorge Miranda.

Leomar Amorim, que já teve diversas obras publicadas, é membro fundador, Cadeira nº 19, da Academia Maranhense de Letras Jurídicas, eleito em 22 de outubro de 1986. Além de exercer o magistério.



Inaugurada nova sede da Esmaf e Centrejufe

No último dia 13 de abril, foi inaugurada a sede definitiva da Escola de Magistratura Federal e do Centro de Treinamento da Justiça Federal. Com o novo espaço, a Primeira Região passa a contar com mais uma ferramenta na constante busca da excelência dos serviços prestados aos jurisdicionados.

O evento foi prestigiado por diversas autoridades, entre elas, o coordenador-geral da Justiça, Ministro Ari Pargendler, a Ministra do STJ Eliana Calmon, a Procuradora Regional da União na 1ª Região Hélia Bettero, o secretário adjunto de governo do GDF Daniel Marques, além de desembargadores da Casa, juízes federais e servidores.

O Arcebispo Militar do Brasil, Dom Geraldo do Espírito Santo de Ávila, fez a bênção das instalações. Em seguida, os presentes participaram da sessão solene de inauguração. Na oportunidade, o diretor da Esmaf, Desembargador Jirair Meguerian, prestou homenagem à Ministra Eliana Calmon, idealizadora do Núcleo de Preparação e Aperfeiçoamento dos Magistrados, que deu origem à atual escola.

Os convidados também puderam as-

sistir à palestra “As escolas de magistratura e a formação de juízes”, ministrada pelo Juiz José Renato Nalini, presidente do Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo. Após o descerramento da placa inaugural, foi servido um coquetel oferecido pelo Banco do Brasil.

O novo centro de qualificação profissional tem estrutura adequada para realizar eventos de capacitação de magistrados e servidores. Dois grandes blocos foram instalados no mesmo terreno do clube dos servidores do TRF-1ª Região. O primeiro abriga um auditório para 330 lugares, cinco salas de aula e área para administração. O segundo conta com restaurante, lanchonete e 36 apartamentos duplos para hospedar, durante os eventos, juízes e servidores da 1ª Região.

Além de facilitar a realização de atividades que reúnam servidores e juízes de toda a 1ª Região, o Centro de Treinamento da Justiça Federal também viabiliza parcerias com universidades e entidades de classe para instalar, no local, cursos de preparação para concursos de juízes e cursos de graduação e pós-graduação em Administração Judiciária, possibilidades que já estão em estudo.

Solenidade de inauguração





Desembargadores Federais Catão Alves, Aloísio Palmeira e Leomar Amorim; Ministro Ari Pargendler; Desembargadores Federais João Batista Moreira e Antônio Ezequiel

A sede própria da Esmaf vai dar mais autonomia à escola, que desde sua criação, em julho de 2000, funciona em uma sala com pouco mais de 60 metros quadrados no Ed.-Sede. Entre suas atribuições estão a de promover atividades de ensino e pesquisa, realizar cursos regulares de aperfeiçoamento e treinamento de juízes, apoiar as comissões de concurso para ingresso na magistratura federal, promover encontros e seminários e providenciar a edição de trabalhos de interesse jurídico.



Evento reúne diversas autoridades



Autoridades visitam instalações da nova sede



Realizado primeiro evento na nova sede da Esmaf

Poucos dias depois da inauguração, a Esmaf realizou o primeiro encontro em sua nova sede. O tema escolhido não poderia ser mais atual: lavagem de dinheiro. Para discutir o assunto, juízes federais do DF, da Bahia, do Pará, de Goiás e de Minas Gerais que atuam nas recém-criadas varas criminais especializadas estiveram em Brasília durante os dias 28, 29 e 30 de maio. O evento contou com a participação de vários órgãos que atuam no combate ao crime de lavagem de dinheiro, como o Banco Central, a Polícia Federal, a Receita Federal e o Ministério da Justiça, além de ministros do STJ e de desembargadores da Casa.

Durante a abertura, do evento, o Presidente Aloísio Palmeira destacou a importância de se discutir o tema, defendendo a necessidade de adoção de medidas paralelas, além das privativas de liberdade. Segundo ele, esse é um problema que não pode ficar restrito a medidas punitivas do Direito Penal, mas deve ser acompanhado de outras providências de natureza cautelar. “Eu me refiro a medidas de natureza administrativa, como interdição de atividades, indisponibilidade de bens e a outras, como arresto e seqüestro, que talvez produzam um efeito melhor do que a simples imposição de uma pena a ser cumprida numa penitenciária”, declarou.

Para o Diretor da Esmaf, Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, o contato entre os magistrados que atuam na área de repressão e punição dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e os especialistas de outras áreas que também fazem parte dessa cadeia de repressão, tem uma importância fundamental.

O ciclo de palestras foi aberto pelo ministro do STJ, Gilson Dipp. Na ocasião, o

magistrado afirmou que a criação das varas especializadas em processar e julgar crimes contra o sistema financeiro é uma experiência pioneira no mundo e que ficará marcada como uma grande iniciativa de combate à macrocriminalidade, já que as organizações criminosas lavam dinheiro para continuar financiando seus atos.

A palestra seguinte “Lavagem de dinheiro e esquemas de remessas internaci-

Polícia de Repressão a Entorpecentes da Polícia Federal, Getúlio Bezerra Santos, sobre os mecanismos de enfretamento do crime organizado. A Coordenadora-Geral de Recuperação de Ativos do Ministério da Justiça, Wannine de Santana Lima, encerrou o ciclo de palestras falando sobre a estratégia nacional de combate à lavagem de dinheiro elaborada pelo gabinete de Gestão Integrada de Prevenção à



Lavagem de dinheiro é tema do primeiro encontro na nova sede

onais” foi ministrada pelo Auditor da Receita Federal e chefe do escritório de pesquisa e investigação na 9ª RF, Roberto Leonel de Oliveira Lima, que expôs as principais dificuldades de investigação desse tipo de crime. Já o chefe do departamento de combate a ilícitos cambiais e financeiros do Banco Central, Ricardo Lião, falou, entre outros pontos, sobre os procedimentos técnicos adotados pelo Bacen na identificação das irregularidades ocorridas em contas-correntes de pessoa física ou jurídica que caracterizem a remessa ou entrada ilícita de dinheiro no Brasil.

O último dia de palestras começou com a explanação do Coordenador-Geral de

Lavagem de Dinheiro, formado por representantes do Banco Central, da Receita Federal, da Polícia Federal, do Ministério Público e da Justiça Federal.

Ao final do encontro foi realizada uma reunião entre desembargadores e juízes. Na ocasião foram apresentadas sugestões, que devem ser encaminhadas à Corregedoria-Geral, para melhorar o funcionamento das varas especializadas. Estiveram presentes a Corregedora-Geral do TRF-1ª Região, Desembargadora Assusete Magalhães, o diretor da Esmaf, Desembargador Jirair Meguerian, o Desembargador Olindo Menezes, além do Procurador Regional da República Carlos Eduardo Vasconcelos.



Presidente e desembargadores federais visitam região amazônica a convite do Exército

A convite do Exército brasileiro, feito pelo comandante General Albuquerque, o Presidente do Tribunal, Aloísio Palmeira, o Ministro do STJ Fernando Gonçalves, os Desembargadores Federais Jirair Aram Meguerian, Luiz Gonzaga, Daniel Paes Ribeiro e Selene Maria de Almeida e representantes do Ministério Público visitaram, no dia 7 de maio, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva na região amazônica, para conhecer o trabalho de defesa da fronteira brasileira. Na ocasião, o General Paulo Studart Filho, comandante da 1ª Brigada, ministrou palestra para os visitantes.

No mesmo dia, à tarde, a comitiva de autoridades foi até Uiramutã, quando visitaram o 6º Pelotão Especial de Fronteira (PEF) do 7º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS). Lá estiveram reunidos com as lideranças políticas e com líderes indígenas da Sodiur, Alidcirr e Airkon.

No dia seguinte, foram à região de Surucucu, em Roraima, onde visitaram o 4º PEF, e, em seguida, conheceram a maloca Yanomami.

A visita da comitiva teve caráter institucional.



Autoridades rumo à visita institucional



Magistrados com lideranças indígenas e políticas



TRF-1ª Região 15 anos



Ministro Nilson Naves cumprimenta o Presidente Catão Alves pela comemoração do aniversário

Uma solenidade discreta e bem organizada marcou as comemorações do 15º aniversário do Tribunal Regional Federal da 1ª Região no dia 30 de março último, em Brasília. Presentes à sessão solene, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Nilson Naves; o Ministro do Superior Tribunal Militar, Olímpio Pereira Júnior; a Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional da 1ª Região, Denise Vinci Túlio; a Procuradora Regional da União na 1ª Região, Hélia Bettero; o Vice-Presidente do Conselho Federal da OAB, Aristóteles Araújo; além dos desembargadores da Corte e de juízes federais, entre outras autoridades.



Apresentação do quarteto Vento em Corda

O Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian discursou em nome dos 27 magistrados que compõem o Tribunal. Ele comparou os quinze anos do TRF a uma adolescente que entra em nova fase da vida, referindo-se à nova gestão. “Inicia-se a segunda fase do Tribunal, também nos exatos quinze anos de sua existência, ou seja, a passagem de sua mais alta administração para as mãos dos que ingressaram no Tribunal após algum tempo de funcionamento. Administração que se implanta com o ilustrado Desembargador Federal Aloísio Palmeira, recentemente eleito Presidente da Corte, em quem depositamos nossa esperança e nossa certeza de que inaugurará esses novos tempos com ânimo redobrado, tendo como norte a excelência da qualidade dos serviços à disposição do jurisdicionado, perseguindo sempre o objetivo de cada vez melhor atender aos anseios do cidadão, envidando todos os esforços para que o Tribunal e a primeira instância a ele vinculada saciem satisfatoriamente os que têm fome de justiça, sendo, pelo seu passado, como juiz federal e desembargador, o homem talhado para conduzir o Tribunal e a Primeira Região a bom porto, através da tempestade que se anuncia para o Judiciário no horizonte político-administrativo do País, pelo mar encapelado, que se antevê, a nau da Justiça Nacional deverá singrar proximamente”, afirmou.



Convidados lotam o hall do Plenário



Bolo comemorativo com a forma do Ed.-Sede do Tribunal

e região comemora 15 anos de história

Destacou, ainda, a importância dos servidores, desde o mais graduado até o mais humilde, segundo ele, peças fundamentais para o efetivo funcionamento do Tribunal, ao longo desses quinze anos. “O veículo, obviamente, para chegar a seu destino com toda a segurança e presteza, depende do trabalho do condutor, do motor, da sua tração, enfim, de todos que o dirigem, orientando a viagem; todavia nenhum esforço, por mais ingente que seja, chegará a um resultado positivo se as rodas não atenderem, a contento, ao comando e, cumprindo seu papel intrínseco, não o impulsionarem para frente.” Comparou.

O Desembargador finalizou fazendo um alerta aos que pertencem ao Judiciário, segundo ele, “um Poder sujeito a críticas mil, a maioria injustas e improcedentes, primo pobre e desprezado dos demais Poderes da República.”: “Devemos prosseguir nossa jornada, sem nos importar com as ameaças e opróbrios injustos a que somos submetidos, com o olhar fixo numa grande verdade que a vida ensina no seu dia-a-dia”.

A Procuradora Denise Vince Túlio e o Vice-Presidente da OAB, Aristóteles Araújo, também discursaram. A primeira, elogiando os projetos inovadores que o Tribunal sempre encampou, entre eles, os Juizados Especiais Federais Fluviais e o Sistema Integrado de Divulgação Jornalística; o segundo, discorrendo sobre os esforços que o TRF-1ª Região vem fazendo para aprimorar a prestação jurisdicional.

O evento ainda foi abrilhantado pelas participações, com a canção “Conquista do Paraíso”, do Coral *Habeas Cantus*, que já faz parte da história do Tribunal, e do quarteto Vento em Corda, que se apresentou enquanto se servia um bolo comemorativo decorado no formato do Edifício-Sede da Corte e acompanhado de docinhos sobre os quais se colocaram réplicas de açúcar das bandeiras dos 14 estados jurisdicionados.



Brinde aos 15 anos do TRF-1ª Região

O registro da história

Durante a sessão solene, toda a história da Justiça Federal e dos 15 anos do TRF foi contada e mostrada em vídeo elaborado pela Assessoria de Comunicação Social, que lançou também edição especial da revista Destaque: “15 anos de história”. Uma retrospectiva que retrata a trajetória dessa Justiça forte, que, desde 1890, resiste às mudanças políticas vivenciadas pelo País, mostrando-se necessária pela abrangência das suas causas federais, e que tem reconhecido seu valor na Constituição de 1988 com a criação dos cinco Tribunais Regionais Federais. Uma viagem ao passado do maior dos Regionais, que assumiu o desafio de distribuir justiça a 36% da população brasileira, distribuídos pelo Distrito Federal e por mais 13 estados da Federação, numa área correspondente a mais da metade do território nacional. Uma história de boa vontade, de dedicação, de competência, de trabalho, de criatividade, de determinação, de ousadia, de produtividade e de eficiência. Características que fizeram do TRF da 1ª Região uma instituição respeitada no mundo jurídico, governamental e junto à sociedade.





Magistrados da 1ª Região debatem a relação Judiciário-Mídia

“Relacionamento entre Judiciário e Mídia” foi o tema do encontro que a Associação dos Juizes Federais da 1ª Região – a Ajufer – realizou no último mês de março, na Costa do Sauípe, litoral da Bahia. O encontro reuniu cerca de oitenta participantes, entre ministros, desembargadores federais, juízes federais e advogados. Entre os objetivos do evento, o principal era melhorar o entrosamento entre magistrados e a Imprensa.

Acostumados a debater temas jurídicos, no encontro os magistrados trocaram idéias com profissionais da área de Comunicação Social, entre eles, o jornalista e consultor de imagem Mário Rosa, que falou sobre o tema “Gestão de Imagem: como influenciar uma percepção positiva de uma instituição”.

Os magistrados também participaram de cursos de oratória emocional e expressão verbal, com o professor Jorge David Telles, e mídia *training* – um treinamento para atender-se à Imprensa –, com o jornalista Heródoto Barbeiro.

Para a Presidente da Ajufer, Solange Salgado, o encontro foi oportuno, uma vez que o Judiciário estava exposto pela Imprensa à sociedade. “Com estes ataques orquestrados contra o Poder Judiciário, nós precisamos resgatar a nossa responsabilidade institucional de esclarecer à população o que realmente é o Poder Judiciário”, afirmou.

Durante o encontro ainda foram discutidos outros temas considerados importantes para a 1ª Região, entre eles, os Juizados Especiais Federais, quando foram apresentadas propostas para modernizar e agilizar os JEFs.



Cerca de oitenta participantes, entre ministros, desembargadores federais, juízes federais e advogados, participaram do evento



Reinaugurado Edifício Anexo I

Depois de quase um ano em obras, que consistiram na reformulação de todos os andares do edifício, com a ampliação e modernização de suas instalações, o Edifício Anexo I foi reinaugurado em solenidade ocorrida no dia 23 de março, que contou com a participação de magistrados, dirigentes e servidores do Tribunal.

O Ex-Presidente Catão Alves descerrou a placa de reinauguração; em seu discurso, agradeceu a compreensão de todos os envolvidos nas obras e destacou a imensa importância que a reforma terá para o bom funcionamento da Casa e para o bem-estar de cada servidor.

Após a solenidade, autoridades da Corte aproveitaram para conhecer as novas instalações, e foi servido um coquetel aos presentes, patrocinado pelo Banco do Brasil.

Com o objetivo de aperfeiçoar as condições de funcionamento das unidades localizadas no Edifício Anexo I, a reforma proporcionará maior qualidade de vida no trabalho para os servidores, meta que sempre buscaram alcançar, visando melhorar a prestação jurisdicional, o Comitê de Qualidade de Vida – PGQVT – e a Administração.



Presidente Aloísio Palmeira e Desembargador Federal Catão Alves descerram placa de reinauguração

Certidão de distribuição on-line

No dia 30 de março foi lançada a emissão de certidão de distribuição *on-line*, mais conhecida como “nada-consta”. O evento aconteceu na sala de reuniões da Presidência, e o Presidente do Tribunal, na ocasião, o Desembargador Federal Catão Alves, foi o primeiro cidadão a obter, no ato da inauguração do sistema, via internet, o documento. “A partir de agora, poderá ser obtida de qualquer parte do mundo”, afirmou ele.

Estiveram presentes ao lançamento o Vice-Presidente Carlos Fernando Mathias, o Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, o Diretor do Foro da SJDF, Hamilton de Sá Dantas, o Juiz Federal Francisco das Neves, a Juíza Federal Solange

Salgado, o Secretário-Geral e o Diretor-Geral do TRF-1ª Região, o Diretor da Secin Deusdete Paixão, o Diretor da Secretaria Administrativa do DF, Francisco Martins, o Diretor do Nuju/SJDF, Alexandre da Luz Ramires, além de assessores e servidores do Tribunal.

“O principal motivo da implantação da certidão *on-line* é facilitar a retirada da certidão de distribuição, conhecida como ‘nada consta’, pelo interessado.”, ressalta Alexandre da Luz Ramires, Diretor do Núcleo Judiciário.

O Sistema foi desenvolvido pelo Nuju e Numoi da SJDF, em parceria com a Secin/TRF, e possibilita a qualquer cidadão obter, por meio da Internet, a comprovação de não haver processo na Justiça Federal em que seja ele parte na qualidade de réu.

Com o sistema *on-line* de certidões, basta que o interessado acesse o *site* www.df.trf1.gov.br,

clique no ícone “Certidão negativa” e preencha os dados: nome e CPF. Caso a certidão seja efetivamente negativa, ou seja, nada conste no Judiciário contra o solicitante, basta imprimi-la. Assim, o público interessado não precisa dirigir-se ao prédio da Justiça Federal, enfrentar trânsito, filas, etc. A emissão é inteiramente gratuita e sem perda de tempo.

Somente as certidões negativas são emitidas *on line*. Caso o sistema indique homonímia ou possibilidade de a certidão ser positiva, o interessado deverá encaminhar-se à seção de certidões da Justiça, onde será feita por servidor uma pesquisa refinada. Entretanto, segundo dados estatísticos, mais de 80% das certidões emitidas são negativas, e o sistema, assim, atende mais da metade dos interessados. A expectativa é que sejam expedidas mais de 7.000 certidões *on-line* por mês.

“A tendência é diminuir, também, o volume de serviços da Seção de Certidões, pois com a divulgação eficiente desse novo sistema, acreditamos que o interessado preferirá a retirada da certidão pela Internet”, conclui Alexandre da Luz Ramires.

Magistrados inauguram mais uma modernização no Judiciário





Novo Presidente recebe medalha de posse do Desembargador Federal Catão Alves

Empossada a nova administração

Bastante concorrida foi a posse dos administradores do Tribunal Regional Federal da 1ª Região para o biênio 2004/2006, ocorrida no dia 19 de abril. Mais de mil pessoas compareceram ao evento para prestigiar os novos Presidente, Aloísio Palmeira, Vice-Presidente, Mário César Ribeiro, e Corregedora-Geral, Assusete Magalhães.

As cadeiras do Plenário foram totalmente ocupadas e muitos fizeram questão de ficar em pé para acompanhar o momento da posse. As salas de sessões, localizadas na sobreloja do Ed.-Sede, também ficaram repletas de convidados, que puderam assistir à sessão solene de posse pelos telões instalados nos locais.

O novo Presidente do TRF da 1ª Região, Aloísio Palmeira Lima, assumiu a nova função com o compromisso de levar a Justiça Federal ao interior dos estados que integram a 1ª Região e de modernizar

a Justiça Federal por meio de projetos pioneiros, como a virtualização de processos nos Juizados Especiais Federais e a transmissão de julgamentos pela Internet. Para atingir seus objetivos, o Presidente Aloísio Palmeira espera contar com o apoio dos Poderes Executivo e Legislativo. “O apelo que torno público ao Congresso Nacional e ao Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é pela liberação de recursos já previstos e dos que serão incluídos na Lei Orçamentária”, ressaltou ao discursar.

O novo Presidente também abordou, em seu discurso, a Reforma do Judiciário, afirmando que medidas paliativas não curam os males transcendentais de ocasião. “É mais do que oportuno o momento para se empreender a reforma das leis processuais anacrônicas”, afirmou. Em seguida, Aloísio Palmeira mostrou-se favorável à criação de um Conselho Nacio-

nal de Justiça. “A meu ver, a criação do Conselho não atenta contra a soberania e a independência do Poder Judiciário, mas deve ser composto por membros do próprio Poder, com a incumbência de refrear eventuais abusos ocorridos em qualquer juízo ou tribunal do País, nos casos em que haja omissão dos órgãos correicionais”, destacou.

O Presidente revelou-se otimista ao afirmar que tem a convicção de que o Brasil, em breve, alcançará a estabilidade e retomará os rumos do crescimento para dar ao Governo as condições de enfrentar os desafios da modernidade das instituições políticas e econômicas do País. “A cada avanço no fortalecimento da democracia, mais evidente fica a necessidade das mudanças sociais que o País exige para que possamos trilhar os caminhos da paz e da conciliação nacional, com relativa segurança”, resumiu o novo Presidente.



Presidente Aloísio Palmeira recebe os cumprimentos ao lado de familiares



Vice-Presidente Mário César e família com o Ministro do STF Carlos Ayres Brito (centro)



Corregedora-Geral Assusete Magalhães com amigos e familiares



Plenário lotado na solenidade de posse



Presidente e o Governador da Bahia, Paulo Souto



O empossado e o Presidente do STJ, Ministro Edson Vidigal



O empossado e o Presidente do TCU, Ministro Valmir Campelo



Presidente e Ministra Eliana Calmon, do STJ



Presidente e Ministro Ari Pargendler, Coordenador-Geral da Justiça Federal



Ministra Nancy Andrighi (primeira a esq.) e a família do empossado

Presenças

A solenidade foi marcada pela presença de diversas autoridades dos três Poderes, entre elas, o Governador do Estado da Bahia, Paulo Souto, os Desembargadores Federais da Casa, o Ministro do STF, Carlos Ayres Brito, o Presidente do STJ, Ministro Edson Vidigal, as Ministras Eliana Calmon e Nancy Andrighi, a Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional da República da 1ª Região, Denise Vinci Túlio, o Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União, Waldir Pires, o Prefeito de Salvador, Antonio Imbassahy, o Advogado-Geral da União, Álvaro Augusto Ribeiro, o Procurador-Geral do Banco Central, Francisco José de Siqueira, o Presidente da OAB/BA, Dinailton Nascimento de Oliveira, ministros de Estado e do TCU, deputados federais e estaduais, subprocuradores-gerais da República, desembargadores e juízes federais dos TRFs, servidores e convidados.

Merece destaque a admiração e o respeito demonstrados pelos inúmeros amigos e parentes conterrâneos do Desembargador Federal Aloísio Palmeira, que fizeram questão de vir da Bahia (muitos de sua cidade natal, Pindobaçu) para prestigiarem a posse do Desembargador na Presidência do TRF da 1ª Região.



Empossado e Ministro Pádua Ribeiro, do STJ



Presidente, Costa Leite, Ministro aposentado do STJ, e esposa



Empossado e o Prefeito de Salvador



Presidente e Juíza Federal Solange Salgado, Presidente da Ajufer



Empossado e Mônica Neves Aguiar, Juíza Federal da Bahia



Presidente Aloísio Palmeira entre amigas e familiares



Presidente comemora posse

Mais de 500 pessoas compareceram ao Iate Clube de Brasília, na noite do dia 19 de abril, para comemorarem, ao lado do Desembargador Federal Aloísio Palmeira, a posse do magistrado como Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Autoridades dos três poderes marcaram presença. Parentes e amigos de diversos lugares do País, principalmente da Bahia, terra natal do novo Presidente, estiveram presentes à festa. O novo Vice-Presidente, Mário César Ribeiro, e a nova Corregedora-Geral, Assusete Magalhães, também participaram do evento, bem como vários desembargadores, juízes federais, dirigentes e servidores da 1ª Região.

Confira alguns dos melhores momentos:



Amigos prestigiam o novo Presidente



Vice-Presidente Mário César Ribeiro e familiares



Posse do novo Presidente Aloísio Palmeira comemorada em noite festiva



Corregedora-Geral Assusete Magalhães e o esposo Júlio César Magalhães compartilham alegria com amigos



Presidente Aloísio Palmeira recebe o carinho dos amigos



Nova administração celebrada com alegria

Novos dirigentes

O Presidente do Tribunal, Aloísio Palmeira, empossou, nos dias 20, 26 e 28 de abril, no salão nobre e na sala de sessões n. 3, dirigentes de algumas unidades da Casa.

Na posse do dia 20, o Presidente lembrou que o propósito da nova administração se volta para um período de paz, harmonia e compreensão. “Temos que trabalhar para que nossa instituição cresça, pois acima de qualquer divergência está o interesse público”, disse.

Em discurso ocorrido no dia 20, o Secretário-Geral, Paulo Cardoso, afirmou: “A administração que ora assume tem consciência dos desafios a enfrentar e pretende trabalhar para modernizar a Justiça Federal da 1ª Região”.

Entre os presentes estavam o Vice-Presidente Mário César Ribeiro, a Corregedora-Geral Assusete Magalhães, os Desembargadores Federais Carlos Fernando Mathias, Antônio Sávio e Sebastião Fagundes de Deus, os Juízes Federais Bruno Oliveira e Osmane dos Santos, o Diretor-Geral Alcides Diniz, o Secretário-Geral Paulo Cardoso, além de dirigentes e servidores.

Confira os nomes dos dirigentes empossados:



Autoridades e novos dirigentes na ocasião da posse



- Paulo Cardoso de Oliveira – Secretário-Geral da Presidência;
- Marcos Aurélio de Brito – Chefe da Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários da Presidência;
- Guacyra Figueiredo Nóbrega – Assessora Judiciária da Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários da Presidência;
- Marcos Aurélio Lustosa de Medeiros – Assessor Judiciário da Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários da Presidência;
- Elza Cezetti – Chefe de Gabinete da Presidência/Presi;
- Maria das Graças Porto Goulart – Chefe da Assessoria de Assuntos da Magistratura/Asmag;
- Elizabete Lima de Oliveira – Chefe de Gabinete da Vice-Presidência;
- Gislaíne Teresinha Fonseca dos Santos Serralvo – Chefe da Assessoria da Vice-Presidência;
- Roseli Ferreira dos Santos – Assessora Judiciária da Assessoria da Vice-Presidência;

- Marialice Fontoura dos Santos Jacinto – Chefe de Gabinete da Corregedoria-Geral;
- Manoel Maia Jovita – Chefe da Assessoria da Corregedoria-Geral;
- Renato César Pinto Pereira – Assessor Judiciário da Assessoria da Corregedoria-Geral;
- Bene-Zaete Galdino Freitas – Chefe de Gabinete do Desembargador Federal Catão Alves;
- Ricardo Lopes Taboada Neto – Chefe da Assessoria do Desembargador Federal Catão Alves;
- Maria das Graças de Castro – Assessora Judiciária da Assessoria do Desembargador Federal Catão Alves;
- Mário Sérgio Ferrari – Chefe de Gabinete do Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias;
- Kátia Dias Lopes da Silva – Chefe da Assessoria do Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias;
- Henocho Montenegro de Alencar Mattos

- Filho – Diretor da Secretaria Judiciária/Secju;
- Cristina Takeshita – Coordenadora de Recursos da Secretaria Judiciária;
- Benvólio Evangelista da Silva – Diretor da Divisão de Produção Editorial (Diedi/Secju);
- Francisco das Chagas Moreira – Diretor da Divisão de Processamento e Procedimentos Diversos da Coordenadoria da Corte Especial (Dipod/Cocse/Secju);
- Grazielle Frota Monte Coelho – Coordenadora de Jurisprudência e Documentação (Cojud/Secju);
- José Carlos de Oliveira – Coordenador de Registros e Informações Processuais (Corip/Secju);
- Yara Pereira Nunes – Diretora da Divisão de Análise e Classificação de Feitos (Dianc/Cojud/Secju);
- Terezinha Pereira Ramos Marques – Diretora da Divisão de Processamento e Procedimentos Diversos da 1ª Turma/Dipod/Ctur1;
- Agnaldo Dias de Souza – Diretor da Divisão de Segurança e Serviços Gerais/Diseg.



Comportamento

Gerenciar pessoas: fácil ou difícil?

Como ser um bom gerente quando há um volume grande de trabalho, um número reduzido de pessoas na equipe e ainda prazos a serem cumpridos? Na atual contingência, tornou-se muito difícil ser gerente, pois sua cota de responsabilidade é alta. É preciso mostrar que a unidade é produtiva e saber gerenciar as pessoas de forma que as deixem motivadas para obter a colaboração desejada, propiciando o crescimento das pessoas e da sua área de trabalho.

Segundo o consultor de empresas, Ricardo Vargas, em seu livro "A arte de tornar-se inútil", o gerente deve saber delegar, deixando de assumir todas as responsabilidades, para que tenha mais tempo a fim de se desenvolver. Além disso, deve criar oportunidades para os servidores assumirem novos trabalhos, estimulando o aprendizado e provocando desafios. Acrescenta, ainda, que delegar é um processo bem mais complexo do que simplesmente passar tarefas para frente.

Ao delegar, analise quais entre as suas responsabilidades podem ser transferidas. Há tarefas exclusivas do gerente que não podem ser passadas para ninguém, seja por ser confidencial ou porque não há outra pessoa com competência para desempenhá-la. Porém, há tarefas partilháveis que podem ser transferidas para alguém capaz de executá-las. Após distribuir as competências, comunique à equipe quem ficou responsável em executá-las, bem como qual o objetivo de cada tarefa. Deve-se sempre questionar o que foi dito, de maneira adequada, para que haja um entendimento único para todos.

Quando se pergunta às pessoas o que elas fazem e repetimos a mesma pergunta ao seu dirigente, conseguimos, não raro, duas listas diferentes de encargos. Acontece muitas vezes executar o servidor uma tarefa divergente da esperada pela chefia, por não saber qual sua obrigação.

Alguns gerentes supõem que as pessoas já sabem o que se esperam delas. É necessário esclarecer para o servidor o que fazer, como ele deve executar, que nível de qualidade tem que atingir e em que prazo deve finalizar a tarefa. Desta for-



ma, os servidores se sentirão seguros, na medida em que saberão o que fazer e por quê.

Além de tomar esses cuidados, o gerente deve passar algum tempo com o servidor sempre que lhe atribuir uma nova responsabilidade. Deve-se deixar bem claro ao servidor se o seu desempenho está adequado ou não. Se existirem discrepâncias em relação ao desempenho esperado, o gerente deve aconselhar, orientar ou reformular o planejamento do trabalho. Dessa forma, o papel do gerente deve ser o de conselheiro; e o acompanhamento do servidor, um processo contínuo.

As pessoas têm uma tendência em apontar os fatores negativos, o que, mui-

tas vezes, desmotiva os servidores. O aconselhado é o gerente evidenciar os fatores positivos, elogiando-os sempre que surgir oportunidade, bem como demonstrar como se sente satisfeito com o que o servidor conseguiu realizar. Quanto mais o servidor se acostumar com o desempenho adequado, melhor será a sua produtividade.

Ao elogiar, procure ser direto, descrevendo exatamente o comportamento emitido pelo servidor. Além disso, é preciso ser coerente, reagindo à situação específica mesmo que esteja aborrecido com outros assuntos. O elogio não é importante após o servidor já ter consciência do resultado positivo do seu trabalho, mas será necessário sempre que se iniciar uma nova atividade.

Tão necessário quanto o elogio é dizer ao servidor exatamente o que ele fez de errado, mostrando-lhe como se sente a respeito do fato. Aponte o erro, e não as características da pessoa, para evitar que o servidor assuma uma atitude defensiva. Antes de apontar as falhas do servidor, temos que observá-las pessoalmente. Não podemos nos basear no que outra pessoa viu. Ao falar sobre os erros, preocupe-se realmente com o bem-estar da pessoa.

Quando o gerente delega, sobra-lhe tempo para pensar, planejar, reduzir a tensão emocional, além de ter certeza de que as pessoas com quem trabalha desfrutam dos mesmos benefícios. ■

Maria de Jesus Mendes Frazão

Psicóloga, encarregada do Setor de Avaliação de Desempenho Funcional-Setdaf/Direh

Livia Nogueira Miranda

Estagiária de psicologia da Setdaf/Direh

Revalidação de diplomas de cursos no exterior

É legal a exigência de provas para revalidar diplomas adquiridos em instituições estrangeiras. A decisão é da Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, que acatou apelação da Fundação Universidade do Amazonas – FUA, tornando sem efeito decisão da 2ª Vara da Justiça Federal do Estado, que determinava a revalidação de diplomas de cursos de medicina realizados por candidatos na Bolívia e no Peru sem as exigências da Comissão de Revalidação de Diplomas Estrangeiros da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Os candidatos ingressaram na Justiça por considerarem ilegal o ato praticado pela referida Comissão, que determinou a aplicação de uma prova para verificar a equivalência entre os estudos realizados no exterior pelos candidatos e os oferecidos na própria instituição. Eles alegaram desrespeito ao princípio da isonomia pelo fato de não terem sido exigidos anteriormente os mesmos quesitos a outros candidatos.

Os argumentos foram acatados pelo Juiz de Primeiro Grau, e a Universidade recorreu argumentando ter aplicado a prova por haver dúvidas sobre a real equivalência das matérias.

De acordo com a relatora do processo, Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti, a Comissão Revalidante, na tarefa de verificar a equivalência dos estudos realizados no exterior, pode solicitar informações complementares, pareceres da instituição na qual foi obtido o título e, na hipótese de persistirem dúvidas, determinar que o candidato seja submetido a exames e provas para caracterizar a equivalência.

Em seu voto, a relatora não vê obstáculo para que a comissão revalidante exija as provas de conhecimentos médi-

cos, mesmo que os currículos, conteúdo programático das disciplinas e carga horária sejam, em tese, equivalentes, já que tal procedimento encontra amparo legal. “A revalidação do diploma não se dá em tese, mas concretamente, em relação a cada estudante. Deve-se analisar a sua real capacidade técnica para exercer suas atividades no Brasil e não apenas a compatibilidade, em tese, de currículos de diferentes universidades”.

A UFAM apresentou, ainda, informações complementares do presidente da Comissão de Revalidação com dados alarmantes levantados em um relatório de viagem à Bolívia produzido pelo Conselho Federal de Medicina e distribuído a cursos de medicina de todo o País, sobre a qualidade dos cursos de medicina em escolas na Bolívia. “Cursos não reconhecidos, sem infra-estrutura, sem pessoal qualificado, inchados e até com ingresso livre em razão do interesse comercial, cujos títulos seguem o destino do Brasil para revalidação”. Para a relatora, “diante dessa realidade, verificada *in loco* pelas autoridades competentes, não pode o Estado brasileiro permanecer indiferente e revalidar automaticamente diplomas obtidos em universidades médicas privadas, mediante simples análise, em tese, de currículos e conteúdos programáticos, que a experiência demonstrou haver fortes indícios de não corresponderem à realidade dos estudos desenvolvidos”.

A Sexta Turma foi unânime em reformar a sentença permitindo à Universidade utilizar-se de seus instrumentos normativos, especialmente a resolução n. 1 de 1999, da sua Faculdade de Ciências e Saúde, para analisar a revalidação do diploma dos candidatos.

AMS Nº 2002.32.00.006454-5-AM - Sexta Turma

Leia mais sobre as decisões abaixo no endereço [www.trf1.gov.br/setoriais/comunicação social/notícias](http://www.trf1.gov.br/setoriais/comunicação%20social/notícias)

• Preso excluído do Regime Disciplinar Diferenciado
MS 2004.01.00.003051-2/GO Segunda Seção

• Empresa excluída do Refis
AMS2002.34.00.003849-6/DF Sétima Turma.

• Inscrição no Cadin permanece
AC 2003.35.00.001027-6/GO Oitava Turma

• Judiciário decide não obstar decisão administrativa
MS2002.01.00.005047-6/DF Corte Especial

• Correntista da CEF será indenizado
AC 1998.38.00.029567-1/MG Quinta Turma



Ajufe sob novo comando

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) elegeu, no último dia 1º de abril, a chapa “Ajufe Independente” para dirigir, a partir de junho, a entidade representativa dos juizes federais, desembargadores dos Tribunais Regionais Federais, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) durante o biênio 2004/2006.

O novo presidente da Ajufe é o Juiz Federal Jorge Antônio Maurique, da Seção Judiciária de Santa Catarina, que hoje é secretário-geral da associação. O juiz obteve 717 votos contra 391 do outro candidato, tendo maioria expressiva em estados como São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A nova diretoria contempla representantes de todas as regiões do País, tendo juizes do Acre ao Piauí, da Paraíba a Minas Gerais, de Goiânia ao Rio Grande do Sul.

Entre os compromissos da campanha do novo presidente está a ampliação da integração dos juizes federais com a sociedade civil, já iniciada nas últimas gestões da Ajufe. Para isso, Maurique pretende dar início ao Observatório da Justiça Federal, projeto inovador e permanente de estudos qualitativos sobre o funcionamento dessa instância na Justiça da União. O observatório tem por objetivo viabilizar um conhecimento mais aprofundado dos problemas enfrentados pelos juizes federais em suas atuações, uma mais qualificada intervenção político-administrativa para a resolução desses problemas e um melhor diálogo com a sociedade a respeito do que efetivamente fazem esses magistrados. Acesse o site www.ajufe.org.br

A chapa “Independente” é composta por Jorge Antônio Maurique – presidente (foto); por José Henrique Guaracy Rebelo (1ª Região), José Carlos Garcia (2ª Região), Paulo Ricardo Arena Filho (3ª Região), Friedmann Anderson Wendpap (4ª Região), Walter Nunes da Silva Junior (5ª Região) – vice-presidentes. Para a Diretoria, por: Luciano de Souza Godoy (secretário-geral), Luis Praxedes Vieira da Silva (1º secretário), Adel Dias de Oliveira (tesoureiro), Guilherme Calmon Nogueira da Gama (revista), Osmane Antônio dos Santos (assuntos legislativos), Paulo Sérgio Domingues (relações internacionais), Liliâne do Espírito Santo Roriz de Almeida (cultural), Maria Divina Vitória (social), Pedro Francisco da Silva (relações institucionais), Paulo Alberto Sarno (assuntos jurídicos), Fernando César Baptista de Mattos (coordenadoria de comissões), Fábio Dutra Lucarelli (esportes), Luiz Airton de Carvalho (assuntos de interesse dos aposentados). Para o Conselho Fiscal, Manoel de Oliveira Erhardt, Lincoln Rodrigues de Faria, Rogério Tobias de Carvalho.



Dia das Mães recheado de prêmios

A Rádio Destaque comemorou o Dia das Mães, durante a semana de 03 a 07 de maio, distribuindo diversos prêmios aos ouvintes. O Banco do Brasil, o restaurante do TRF, o Banco Alfa, o Noemi Coiffer e o Glória Centro de Beleza Estética foram os colaboradores da promoção “Na Rádio Destaque o Dia das Mães é mais que um presente”. Entre os prêmios distribuídos estiveram máquina fotográfica, vale-lanche, pacote de beleza (escova, corte de cabelo, hidratação, manicura e pedicura), massagem antiestresse, drenagem linfática e hidratação corporal. Confira os nomes dos ouvintes ganhadores da promoção na semana do dia das mães:



Sandra Fuck recebe com alegria o seu prêmio

- Rosângela Ribeiro Evangelista (vale-lanche - 03/05);
- Tânia Julião Simões (vale-lanche - 03/05);
- Jeanne Valeria S. V. da Maia (régua-calculadora Banco Alfa - 04/05);
- Isabel Teixeira Barbosa (kit Banco do Brasil - 04/05);
- Magda Alves Ferreira (caneta do Banco Alfa - 05/05);
- Kellen Tanizaki Mariano (vale-lanche - 05/05);
- Amarílis Lopes Dias (máquina fotográfica - 05/05);
- Thiago Michels Gonçalves (kit Banco do Brasil - 06/05);
- Geraldo Marques dos Santos (vale-lanche - 06/05);
- Valéria de Lima da Silva (pacote de beleza - 06/05);
- Heloísa Mascarenhas Leonardo (drenagem linfática - 07/05);
- Alda Maria Cardoso Silva (massagem antiestresse - 07/05);
- Rosane Bernadete Câmara (hidratação corporal - 07/05).

A premiação continuou por todo o mês de maio devido à grande participação dos ouvintes.

O acesso à Rádio pode ser feito pela página da Ascom, [link Setoriais](#), [Comunicação Social](#), clicando-se em “Rádio Destaque”.

Tribunal tem duas novas publicações de jurisprudência

No dia 16 de março, o TRF-1ª Região comemorou o lançamento do livro “Código Tributário Nacional à Luz da Jurisprudência” e da revista mensal do Tribunal em CD Rom. A solenidade foi realizada no Salão Nobre, contando com a presença do Presidente,

do Vice-Presidente e do Corregedor-Geral do Tribunal, do Diretor da Revista, Desembargador Federal Olindo Menezes, além de desembargadores e de juízes federais e demais autoridades. Para finalizar o evento, foi servido um coquetel aos presentes patrocinado pelo Banco do Brasil e distribuídos exemplares do livro e do CD.



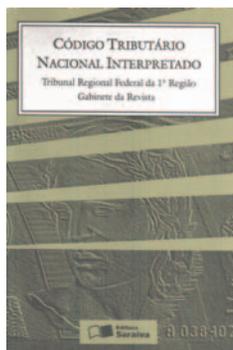
Ministro Ari Pargendler (esq.), do STJ, prestigia o evento

Ambas as publicações foram elaboradas, sob a Coordenação do Desembargador Federal Olindo Menezes, pela Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação – Cojud.

O **Código Tributário Nacional à Luz da Jurisprudência**” traz a lei 5.172/66 com inserção de ementas selecionadas do STF, STJ e dos TRFs, organizadas por artigos.

O livro lançado neste ano foi distribuído para as seccionais da Primeira Região, as bibliotecas dos Tribunais Superiores, as procuradorias e para particulares que solicitaram.

Não é a primeira vez que o Tribunal lança um CTN comentado. Em 1995, foi editado pelo Gabinete da Revista, dirigida à época pelo Desembargador Federal



1995

Tourinho Neto, um código tributário nacional interpretado com trechos de doutrinadores tributaristas e com jurisprudência.



2004

A **Revista do Tribunal Regional Federal - 1ª Região** em CD Rom veio com o objetivo de modernizar o acesso dos interessados aos julgados mais relevantes da Corte. A obra foi distribuída para bibliotecas do Senado, da Câmara, para procuradorias, algumas universidades e demais interessados.

A Revista é um veículo de divulgação oficial previsto no Regimento Interno da Corte e foi lançada, em sua primeira versão, no ano de 1989, tendo como primeiro Diretor Adhemar Ferreira Maciel, hoje, Ministro do STJ aposentado. A publicação trazia acórdãos selecionados por ramo do Direito.

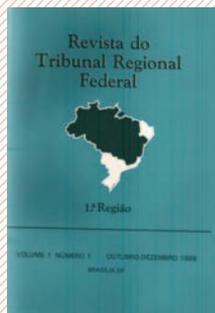
Em 1993, o então Diretor, Desembargador Federal Catão Alves, e a equipe do Gabinete da Revista relançaram a publicação com outro projeto gráfico, com nova capa, e com a inserção de doutrina, porém ficou mantido o formato de livro.

No ano de 2000, a revista passou por total reformulação, quando o Diretor era o atual Presidente do Tribunal, Aloisio Palmeira Lima. A produção das edições ficava a cargo da Secretaria de Jurisprudência - Sejur. A publicação passou a ser mensal e deixou de ter o formato de livro, passando a ser realmente uma revista, com capas temáticas, conforme julgado de maior relevância publicado no mês. Foram inseridas sinopses de julgados, e a jurisprudência passou a ser disposta por órgão julgador.

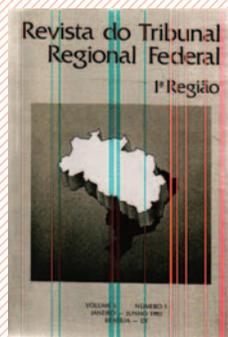
A última inovação na publicação de jurisprudência do Tribunal, antes do formato em CD rom, foi a padronização de capa, em julho de 2002.

Os lançamentos das publicações de divulgação de jurisprudência do Tribunal são mais um meio de facilitar o acesso do jurisdicionado e de outros interessados ao Judiciário.

A Evolução



Outubro 1989



Janeiro 1993



Novembro 2000



Julho 2002



Seções Judiciárias

Roraima

Palestra em Brasília

O Juiz Federal Helder Girão Barreto, autor do livro “Direitos Indígenas – Vetores Constitucionais”, proferiu palestra sobre o tema “Dificuldades nas ações sobre problemas indígenas”, em simpósio promovido pelo Ministério da Justiça e pela Escola Nacional de Administração Pública, nos dias 22 e 23 de março. Entre os palestrantes estavam o Ministro Nelson Jobim, do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Humberto Gomes de Barros, do Superior Tribunal de Justiça, e a Subprocuradora-Geral da República, Ela Wiecko Volkmer de Castilho.

Bahia

Desembargador português visita a Seção Judiciária

O Desembargador Jorge dos Santos, membro do Conselho Superior de Magistratura de Portugal, desembarcou, no dia 6 de fevereiro, na capital baiana, em conexão de voo. Na oportunidade, reuniu-se com juízes federais da Seção Judiciária e acompanhou o Juiz Federal Diretor do Foro, Evandro Reimão dos Reis, durante a posse da nova diretoria da Amab. O Desembargador esteve participando da IV Reunião Preparatória para a VIII Cúpula Ibero-americana de Presidentes de Cortes Supremas e Tribunais Superiores de Justiça, que será realizada no mês de julho, em El Salvador. Na foto, o Diretor do Foro, o magistrado português, o Juiz Federal Substituto Régis de Souza Araújo e a Juíza Federal Kátia Balbino de Carvalho Ferreira.

Conclusas obras de pavimentação no estacionamento

Foram conclusas, no início do mês de fevereiro, as obras de pavimentação do estacionamento dos carros oficiais. O serviço foi realizado pela empresa Atual Engenharia Ltda e supervisionado pelo Núcleo de Administração de Serviços Gerais – Nuasg. Os veículos que fazem parte do patrimônio da Justiça Federal estão, com isso, abrigados e mais protegidos.

Treinamento para os agentes de segurança da Seção Judiciária

O Diretor do Foro, Evandro Reimão dos Reis, procedeu, no dia 18 de fevereiro, à entrega dos certificados do “Curso de Proteção de Autoridades”, ministrado pela Empresa Baiana de Formação de Vigilantes (EBF) aos agentes de segurança da Seccional. Durante o curso, realizado no período de 9 a 14 de fevereiro, foram ensinadas técnicas de defesa pessoal, salvamento de emergência, manuseio de armamentos, sobrevivência em situações de acidente, entre outros procedimentos. O Diretor do Nuasg, Renato Feigl Câmara, ressaltou a importância da iniciativa de melhor capacitar os servidores que atuam na segurança dos magistrados.

Goiás

Seção Judiciária promove seminário

Nos dias 15 e 16 de abril, no auditório da Justiça Federal, realizou-se o seminário “Imprensa e Justiça” para discutir as relações entre a Imprensa e o Judiciário.

Entre os palestrantes confirmados estão o Juiz Federal Paulo Sérgio Domingues, atual presidente da Ajufe; os professores Joãoimar Carvalho (UFG) e Eduardo Brito (UNB); o jornalista Heraldo Pereira, apresentador do Jornal Nacional, da Rede Globo; o Procurador do Estado Bruno Bizerra, além de juízes federais e representantes da imprensa goiana.

Piauí

3ª Vara Federal/PI comemora 10 anos de instalação



A 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Piauí comemorou, no último dia 03 de maio, os 10 anos de sua instalação.

A solenidade, que foi prestigiada por magistrados e servidores que lá fazem e fizeram história, teve como ponto alto o discurso emocionante da servidora Maria Margareth Alves dos Santos, oportunidade em que proferiu inúmeras considerações de ordem histórica, referentes aos 10 anos de funcionamento da Vara.

A trajetória da 3ª Vara da Seção Judiciária do Piauí tem trazido bons resultados, reconhecidos pelo próprio TRF-1ª Região, por ocasião da Correição Ordinária realizada em fevereiro de 2003, conseqüência do trabalho de equipe ali realizado, conduzido pelos Juízes Federais Rui Costa Gonçalves e Marcelo Cavalcante de Oliveira.

Decisões das Seções Judiciárias



DF

Greve da Polícia Federal

Considerada legal a greve da Polícia Federal, mas deferido o pedido no que se refere ao direito de corte de ponto dos servidores em greve. A decisão do Juiz Federal Substituto, César Antonio Ramos, firmou-se no fato de a Constituição assegurar o direito à greve, desde que mantida execução satisfatória das atividades essenciais dos grevistas. Assim, a necessidade de um procedimento que garanta

nível adequado do funcionamento do serviço público em questão é, de acordo com o Juiz, legítima, pois a inobservância de tal conduta faz do cidadão, que paga seus impostos, a vítima.

Constatados indícios sobre a ocorrência de atos incompatíveis com o funcionamento considerado mínimo das atividades da Polícia Federal, o magistrado estabeleceu a obrigatoriedade da manutenção dos serviços essenciais do setor; do cessar das condutas que estão dificultando os serviços nos aeroportos, portos e postos de fronteira e a proibição de se obstar o acesso dos funcionários autorizados pela direção-geral do Departamento de Polícia Federal a área restrita à Polícia Federal, bem como dos servidores que não aderiram à greve. O descumprimento de tais determinações custará à Federação Nacional dos Policiais Federais e ao Sindicato dos Policiais Federais do DF multa diária de R\$ 10.000,00.

AO 2004.34.00.010685-2

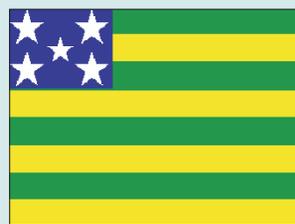
Servidores devolvidos a seus respectivos órgãos de origem

A Juíza Federal da 6ª Vara/GO, Marluce Gomes de Sá, deferiu pedido de antecipação de tutela, determinando à União que devolva os servidores/empregados que prestam serviços nos órgãos do Tribunal Regional Eleitoral em Goiás há mais de um ano, em especial 14 servidores arrolados no pólo passivo da ação, aos respectivos órgãos de origem.

Retornarão os empregados públicos ocupantes de cargos isolados, de emprego técnico ou científico e de cargo de magistério, empregados de sociedades de economia mista, empresas públicas. Determinou, ainda, a magistrada a destituição dos servidores e empregados não efetivos que estejam em exercício de função comissionada.

A decisão veio depois do pedido proposto pelo Ministério Público Federal, em sede de antecipação de tutela, nos autos da Ação Civil Pública n. 2004.35.00.005615-4, sob o argumento de que os servidores requisitados, arrolados no pólo passivo dessa ação, segundo se apurou nos autos do processo administrativo n. 1591512004, instaurado por provocação do Sinjufego – Sindicato dos Servidores do Judiciário Federal –, encontram-se em situação irregular perante a administração pública. Assevera que a permanência das lotações junto ao Tribunal Regional Eleitoral em Goiás, dadas as peculiaridades normativas das requisições no âmbito da Justiça Eleitoral, implica violação de diversos princípios constitucionais e normas legais, materializando lesão ao patrimônio público.

O não-cumprimento da decisão implicará, por cada dia de atraso no cumprimento da ordem (art. 461, ' 41, do CPC), multa de R\$500,00 (quinhentos reais) por servidor/empregado requisitado, a ser revertida ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.



GOIÁS



Instalações ampliadas para melhor atender à população

Nos dois últimos meses, o TRF da 1ª Região lançou três pedras fundamentais no estado de Minas Gerais. O lançamento representa o início da construção das novas sedes das subseções judiciárias de Uberaba e de Juiz de Fora e da seção judiciária do Estado, em Belo Horizonte. O objetivo é oferecer melhores condições de trabalho para os servidores da Justiça Federal e de atendimento para a população.



Diretor da SJMG, Francisco Betti e o Desembargador Federal Catão Alves

BELO HORIZONTE

Uma parte do terreno onde vai ser construída a nova sede da Seção Judiciária em Belo Horizonte foi doada pela Prefeitura. A outra parte foi desapropriada. A área possui trinta mil metros quadrados e tornou-se de utilidade pública a partir de decreto expedido pelo Presidente da República.

Segundo o vereador Betinho Duarte, o início da construção da nova sede é a realização de um sonho. “Nós estamos vendo hoje esse sonho dar os primeiros passos efetivamente na construção da sede, que será não só um serviço valioso para Belo Horizonte, como também para Minas e para o Brasil”, afirmou o vereador.

O objetivo das novas instalações é oferecer um atendimento mais ágil e eficaz, em longo prazo, para o cidadão que procura a Justiça Federal, ou seja, uma construção para o futuro, como afirmou o Desembargador Federal Catão Alves, na solenidade do dia 29 de março, quando ainda presidia o Tribunal. “Temos por exemplo trinta varas, hoje, em Minas, e ainda serão projetadas cem varas. Fora os juizados, que temos quatro e serão trinta, e as varas criminais, que temos duas e serão doze”, explicou o Desembargador.

JUIZ DE FORA

O Exército Brasileiro doou o terreno de dezessete mil metros quadrados onde vai ser construída a nova sede da Subseção Judiciária de Juiz de Fora. Segundo o Diretor da Seção Judiciária de Minas Gerais, Francisco Betti, o espaço vai facilitar o atendimento à população dos mais de cinquenta municípios que estão sobre a jurisdição da Justiça Federal de Juiz de Fora. “A procura pela Justiça Federal cresceu muito nos últimos dez anos; então, nós temos a necessidade de um prédio que acomode a nossa demanda, para atingirmos as metas de uma prestação jurisdicional rápida e eficaz, em favor daqueles que nos procuram”, explicou o Diretor.

Para o Desembargador Federal Carlos Mathias, que esteve presente à solenidade de lançamento da pedra fundamental em Juiz de Fora ainda como Vice-Presidente do Tribunal,



Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias (esq.) e o Coordenador da Subseção, Marcelo Motta de Oliveira

no dia 26 de março, a ocasião representa um marco significativo para a Justiça. “Quando se fala em Justiça, não se está falando do prédio da Justiça, mas sim da prestação jurisdicional”, disse o Desembargador.

UBERABA

Em Uberaba, a pedra fundamental foi lançada no dia 08 de março. A Subseção Judiciária recebeu da prefeitura da cidade a doação de um terreno para abrigar a nova sede. Atualmente, as instalações não estão comportando o grande número de processos que tramitam na Justiça Federal de Uberaba. São cerca de dezesseis mil, resultando, assim, em uma média de oito por vara.

De acordo com o Juiz Federal Carlos Tôres, para se iniciar a construção da nova sede, o projeto deve estar previsto no plano plurianual que está aguardando aprovação no Congresso Nacional. “Depois dessa etapa, a previsão é incluir o projeto de construção na proposta orçamentária de 2005”, afirmou o magistrado.



Implantados autos virtuais em mais um estado

Foi instalado, no dia 12 de abril, no JEF de Tocantins, o Sistema Virtual do Juizado Especial Federal, o primeiro da Região Norte e o segundo da Primeira Região, apresentado pelo Juiz Federal Substituto em auxílio à Coordenação-Geral dos JEFs da Região, Bruno Oliveira.

Na ocasião, o então Presidente do TRF da 1ª Região, Desembargador Federal Catão Alves, juntamente com o Coordenador dos JEFs da 1ª Região, Desembargador Federal I'talo Fioravanti Sabo Mendes, fizeram a primeira distribuição no novo sistema.

Também estiveram na solenidade o Diretor do Foro em exercício, Juiz Federal Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto, a Coordenadora dos JEFs em Tocantins, Juíza Federal Denise Dias Dutra Drummond, o Juiz Federal Substituto Wesley Wadim Passos Ferreira de Souza e outras autoridades locais, entre as quais, o Governador do Estado, Marcelo Miranda.

O **JEF Virtual** elimina a movimentação física do processo, com a conseqüente redução do serviço burocrático e maior



celeridade no trâmite processual. Além de ter fundamento nos princípios da oralidade, simplicidade e informalidade, permite que todas as etapas do processo, inclusive acompanhamento da tramitação, sejam executadas por meio do computador. Os advogados podem encaminhar as peças processuais pelo sistema de transmissão eletrônica, utilizado também para citação.

Instalação de varas especializadas em juizados

Minas Gerais

No dia 29 de março, às 17h, aconteceu, em Minas Gerais, a solenidade de instalação da 30ª, 31ª e da 32ª Vara, especializadas em Juizado Especial Federal, à qual estiveram presentes o Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e o Coordenador dos JEFs da 1ª Região, Desembargador Federal I'talo Fioravanti Sabo Mendes.

Amazonas

Foi instalada em Tabatinga, município do Estado do Amazonas, a 6ª Vara, especializada em Juizado Especial Federal.

A cerimônia de instalação, que ocorreu no dia 02 de abril, contou com a participação do Governador do Estado do Amazonas, Carlos Eduardo de Souza Braga, do Presidente do TRF e do Coordenador dos JEFs da 1ª Região, do Desembargador Federal Antônio Sávio Chaves, da Juíza Federal Diretora da Seção Judiciária do Amazonas, Jaiza Maria Pinto Fraxe, do Prefeito de Tabatinga, Raimundo Nonato Batista de Souza, da Coordenadora dos JEFs do Amazonas, Geneviève Grossi, da Coordenadora da Subseção de Tabatinga, Fabíola Bernardi, da Consulesa da Colômbia, Amparo de La Cruz Rodriguez, além de outras autoridades dos três Poderes nos âmbitos estadual e municipal.

Rondônia

No dia 06 de abril, às 17 h, será instalada em Porto Velho, capital de Rondônia, a 4ª Vara, especializada em Juizado Especial Federal.

Juizados itinerantes

⇒ Entre os dias 29 de março e 02 de abril, o Juizado Especial Federal itinerante esteve nas cidades de Natividade, Dianópolis e Taguatinga, municípios do Estado de Tocantins.

Das atividades do Itinerante, efetuadas no interior da carreta dos JEFs itinerantes, resultaram, aproximadamente, 1.500 atendimentos, 378 ações ajuizadas, 185 audiências designadas e 115 perícias. Foram utilizados três veículos oficiais para o transporte da equipe.

⇒ Entre os dias 12 e 16 de abril, realizou-se o JEF itinerante de Diamantina/MG, cidade localizada no Vale do Jequitinhonha e Patrimônio Cultural da Humanidade. Durante o juizado, atendeu-se, aproximadamente, a 2.000 jurisdicionados, ajuizaram-se 687 ações, foram realizadas 95 perícias e designadas 540 audiências.

⇒ No mês de maio de 2004, o JEF esteve na cidade de Bragança/PA para atender a trabalhadores rurais e pescadores artesanais que vivem em diversas colônias situadas no litoral do município. A etapa de atermação ocorreu no período de 24 a 28 de maio e contará com a presença do Juiz Federal Substituto Neian Milhomen Cruz, Coordenador dos JEFs/PA e de servidores.

⇒ **JEF Fluvial** – Por meio do convênio realizado com o Governo do Estado do Amazonas, para utilização das embarcações do PAI (Pronto Atendimento Itinerante), iniciaram-se neste mês as atividades do Itinerante Fluvial Calha do Rio Juruá.



Gente em Destaque



Doze anos de benefícios para o Tribunal

Murilo Sérgio Gomes da Silva é servidor do Tribunal Regional Federal da 1ª Região desde o dia 8 de agosto de 1992. Foi o responsável pela implantação do sistema de pregões, no ano de 2001, quando foi diretor da Divisão de Compras.

Coronel da reserva do Exército, Murilo foi diretor da Divisão de Compras durante os anos de 2000 e 2001. As horas de descanso aproveita com a leitura, e o trabalho realiza com eficácia e paixão.

Apesar de já estar há mais de 50 anos no serviço público, o servidor quer aposentar-se compulsoriamente e diz sentir-se gratificado em poder trabalhar em uma instituição de qualidade como o Tribunal.

Os pregões são uma modalidade de licitação que visam obter maior eficiência e economia nas compras. Podem ser presenciais e eletrônicos, uma inovação que agiliza a aquisição e diminui a burocratização. Os primeiros necessitam da presença de um representante da empresa, enquanto os eletrônicos permitem ao representante acompanhar todo o processo pelo seu computador, de qualquer parte do mundo.

Com todo o processo de pregões, o Tribunal tem uma economia média de 25% nos preços.

Além dos pregões, Murilo implantou também o registro de preços, processo em que o preço dos produtos é negociado antes; e a compra, realizada somente quando houver necessidade. Com isso, o Tribunal tem um melhor aproveitamento de material e uma diminuição do estoque.

O que é um pregão?

Os pregões são uma modalidade de licitação que funcionam da seguinte maneira: depois de aberto um edital e as empresas interessadas terem feito as ofertas, estas ficam ocultas até um dia determinado, quando todas serão abertas conjuntamente na presença de quem quiser participar. As empresas têm a liberdade de continuar com as ofertas iniciais ou fazer novas ofertas de valor inferior. Com o sistema de pregões, o Tribunal tem uma economia de 25% aproximadamente.

Talento inato de Áurea Domenech

O Tribunal comemorou a primeira exposição do ano em grande estilo. No dia 8 de março, o espaço cultural da Casa enriqueceu-se de cores com as pinturas marcantes da renomada artista plástica Áurea Domenech.

Artista plástica e poetisa, Áurea Domenech nasceu e cresceu no Rio de Janeiro e especializou-se em pintar paisagens usando óleo sobre tela. Em sua exposição “Acorde-me quando chegar a primavera”, Áurea buscou inspiração principalmente em cenários brasileiros.

Áurea, que tem arte nas veias, sangue do glorioso Salvador Dali, teve por três vezes consecutivas suas pinturas selecionadas para serem reproduzidas nos cartões do Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância, tendo concorrido com outras 32.000 obras, de todo o mundo.

A exposição, que ficou aberta ao público até o dia 19 de março, no espaço cultural do TRF-1ª Região, encantou os visitantes, conseguindo assim capturar um ar de serenidade e de vivacidade e representar a luz da América do Sul.



Festa do Prodentinho



Programa de prevenção odontológica completa dez anos

No dia 26 de março, o Tribunal comemorou, em clima de festa, o 10º aniversário do Prodentinho, campanha promovida pelo Serviço de Odontologia da Casa.

O evento, destinado a filhos de servidores do TRF-1ª Região e com idade de três a 12 anos, foi iniciado às 9h30, no *hall* do Plenário, e teve como objetivo ensinar de maneira extrovertida os cuidados necessários com a higiene bucal.

Cerca de 200 crianças puderam desfrutar de oficinas de desenho, balões, massinhas, jogos educativos sobre saúde bucal, piscina de bolinhas e do teatrinho comandado pelo Grupo Bagagem Cia de Teatro, que apresentou a animada peça “Mistério no País dos Dentinhas”.

“Tenho mais dois filhos, um de 11 e outro de 14 anos, ambos participaram da festa do Prodentinho nos anos anteriores. Neste ano foi a vez do Gabriel. Além de ter aproveitado ao máximo a festa do Prodentinho, ele aprendeu sobre como cuidar dos seus dentinhos brincando”. Explica, Luziana Fonseca, servidora lotada no Gabinete da Desembargadora Selene Maria de Almeida e mãe de Gabriel Fonseca, de 5 anos.

Momentos de descontração na festa do Prodentinho



Secretaria de Programas e Benefícios Sociais - SECBE
Quadro II
Aplicação dos Recursos do Pro-Social por Benefícios

(Dados até 31/12/03)

R\$ 1,00

Benefícios	Valor		
	União	Recursos Próprios	Total
I - Despesas Área Social			
1 - Auxílio Alimentação	23.671.205,00		23.671.205,00
2 - Creche	3.196.089,00		3.196.089,00
3 - Auxílio Transporte	761.316,00		761.316,00
4 - Material Escolar		237.360,00	237.360,00
5 - Programa Qualidade de Vida		176.324,89	176.324,89
Subtotal I	27.628.610,00	413.684,89	28.042.294,89
II - Despesas Médicas			-
1 - Consultas	1.430.057,83	1.376.063,31	2.806.121,14
2 - Exames Laboratoriais	929.595,11	894.496,50	1.824.091,61
3 - Exames Radiológicos	843.308,44	811.467,74	1.654.776,18
4 - Internações	3.624.040,35	3.487.207,89	7.111.248,24
5 - Psicologia	474.001,47	456.104,65	930.106,12
6 - TFD	-	171.592,93	171.592,93
7 - Outras	1.966.185,70	1.891.948,66	3.858.134,36
Subtotal II	9.267.188,90	9.088.881,68	18.356.070,58
III - Despesas Odontológicas			-
1 - Dentisteria	597.103,79	574.559,01	1.171.662,80
2 - Prótese Dentária	820.298,66	789.326,74	1.609.625,40
3 - Periodontia	158.767,48	152.772,92	311.540,40
4 - Radiologia	159.917,97	153.879,97	313.797,94
5 - Endodontia	101.243,03	97.420,41	198.663,44
6 - Outras	400.371,17	385.253,45	785.624,62
Subtotal III	2.237.702,10	2.153.212,50	4.390.914,60
IV - Despesas Área Administrativa			-
1 - Fenaserjus	-	2.306.660,75	2.306.660,75
2 - Seguro de Vida	-	330.374,55	330.374,55
3 - Passagens e Hospedagem	-	59.116,33	59.116,33
4 - Outras	-	339.653,51	339.653,51
Subtotal IV	-	3.035.805,14	3.035.805,14
Total Geral	39.133.501,00	14.691.584,21	53.825.085,21

(Dados até 29/02/04)

R\$ 1,00

Benefícios	Valor		
	União	Recursos Próprios	Total
I - Despesas Área Social			
1 - Auxílio Alimentação	4.452.369,00		4.452.369,00
2 - Creche	584.424,00		584.424,00
3 - Auxílio Transporte	83.371,00		83.371,00
4 - Programa Qualidade de Vida		15.975,69	15.975,69
Subtotal I	5.120.164,00	15.975,69	5.136.139,69
II - Despesas Médicas			-
1 - Consultas	84.858,74	190.517,19	275.375,93
2 - Exames Laboratoriais	55.161,59	123.843,84	179.005,43
3 - Exames Radiológicos	50.041,40	112.348,43	162.389,83
4 - Internações	215.048,30	482.807,05	697.855,35
5 - Psicologia	28.126,95	63.148,10	91.275,05
6 - TFD	-	49.385,43	49.385,43
7 - Outras	116.673,23	261.941,98	378.615,21
Subtotal II	549.910,21	1.283.992,02	1.833.902,23
III - Despesas Odontológicas			-
1 - Dentisteria	35.431,77	79.548,21	114.979,98
2 - Prótese Dentária	48.676,01	109.282,99	157.959,00
3 - Periodontia	9.421,16	21.151,55	30.572,71
4 - Radiologia	9.489,43	21.304,82	30.794,25
5 - Endodontia	6.007,70	13.487,94	19.495,64
6 - Outras	23.757,72	53.338,68	77.096,40
Subtotal III	132.783,79	298.114,19	430.897,98
IV - Despesas Área Administrativa			-
1 - Fenaserjus	-	363.267,16	363.267,16
2 - Seguro de Vida	-	77.592,54	77.592,54
3 - Passagens e Hospedagem	-	17.964,41	17.964,41
4 - Outras	-	3.593,32	3.593,32
Subtotal IV	-	462.417,43	462.417,43
Total Geral	5.802.858,00	2.060.499,33	7.863.357,33

Fonte: DIVAF e SEPLA

obs:

Outras médicas: fisioterapia, fonodiologia, pequeno ato médico e cirurgico, nefrologia, diagnóstico e terapia, endoscopia, quimioterapia, medicina nuclear, alergologia, psiquiatria, acupuntura.

Outras odontológicas: consulta, odontopediatria, cirurgia, prevenção.

Outras administrativas: medicamentos e materiais médicos, materiais odontológicos, carteiras Aliança Unimed, manutenção de convênios, material de expediente, INSS autônomos.



Bem-me-querero

Informativo do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho da 1ª Região

Ações de Qualidade de Vida na 1ª Região

Rondônia

Justiça Federal presta homenagem a servidores

Doze servidores que completaram 10 anos de serviços foram homenageados no dia 23 de abril pela Justiça Federal em Rondônia. O evento, realizado no auditório do Fórum Ministro Jarbas Nobre, em Porto Velho, é uma atividade prevista no Programa de Gestão de Qualidade de Vida e Trabalho do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que o institucionalizou através da resolução n. 19/2000.

Receberam o diploma e o botão de lapela Ana Helena Veríssimo Camurça Coutinho, Antônio Ferreira Guimarães, Cristiano Francisco Gonçalves, Eulália da Silva Duarte, Francisco João do Carmo Pinto, Hildebrando Correia Ferro, Luiz Marcelo Salvalaggio, Luzival Correia Ferreira, Marco Antônio de Oliveira, Rinaldo Lima e Silva, Sâmia Maria Awada Elarrat Canto e Waldirney Guimarães de Rezende.

Na ocasião, o Juiz Federal Substituto Francisco Martins Ferreira, representando a direção do Foro, considerou que “uma década de relevantes serviços não poderia ser passada em branco” e que a “singela homenagem” mostra “o reconhecimento da instituição pela dedicação de seus servidores à Justiça Federal da Primeira Região”, concluindo: “Sejam felizes e esperamos nos reencontrar na homenagem dos 20 anos”.

Roraima

Homenagem à mulher

O Programa de Gestão de Qualidade de Vida e Trabalho (PGQVT) e os servidores da Seção Judiciária de Roraima promoveram, no dia 8 de março, um café-da-manhã em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. O evento aconteceu no hall do edifício-sede e teve sorteio de prêmios entre as servidoras, estagiárias e terceirizadas da casa.



Amapá

Vacina contra gripe

O dia 28 de abril de 2004 ficará marcado na Seção Judiciária do Amapá. Pela primeira vez, os servidores foram vacinados contra gripe, na própria Seção.

Para realizar a vacinação, a Sebes contou com a colaboração de Margareth, uma enfermeira (Unifap-03) que estagiou na Sebes e é muito querida de todos.

Teste seus conhecimentos

Por Márcia Murça Barroso

Variadas são as orientações em relação à grafia inicial de palavras que exprimem atos de autoridades, causando completo atordoamento em quem acha ter de segui-las. Muitos acreditam, por isso, ser obrigatório o emprego da maiúscula nessas palavras.

Segundo nossos mais conceituados gramáticos, em estilo não-burocrático não se tem um motivo para a utilização dessa inicial nos vocábulos “lei”, “resolução”, “portaria”, “projeto de lei” e em outros que designam tais atos. Não são nomes próprios de apenas um deles (se o fossem não precisaríamos especificá-los com números vários). Porém, se os incluímos em uma denominação, com o intuito de individualizá-los ou personificá-los, formando-se um conjunto, como ocorre dentro do estilo oficial dos órgãos públicos, em documentos, ou em alguns contextos que assim o exigirem, deveremos empregar maiúscula nos mesmos vocábulos para haver logo o ressaltado do ato, o qual passará a ter supremacia no texto.

Empregar iniciais maiúsculas em excesso, além de tornar a leitura cansativa, desvaloriza o que realmente deve ser valorizado no contexto com o seu emprego.

Não houve observância do critério elucidado acima em:

- Dois novos diretores, Marcos Silva e Henrique Pereira, foram, por meio da portaria publicada ontem, nomeados neste mês.
- Essa lei foi revogada no ano passado.
- “O Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, passa a vigorar com a redação do Anexo desta Lei Complementar.”
- Na reunião de ontem, os deputados esclareceram que a questão somente poderá ser regulamentada por Lei Complementar.
- A resolução que irá disciplinar a eleição dos membros ainda será elaborada.

TRF-1ª Região



A orientação moderna das instituições responsáveis pelo zelo à saúde e à qualidade de vida do cidadão é a de se fazer um trabalho preventivo, não se esperando a ocorrência de alguma disfunção para a busca desse bem-estar multifacetado: psíquico, espiritual, emocional e social, conceito de saúde há muito emanado pela Organização Mundial de Saúde.

Imbuída desse pensamento é que a Secretaria de Benefícios do Tribunal (Secbe), por meio da Divisão de Atendimento à Saúde (Disau), em parceria com o Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho do Tribunal (PGQVT), vem desenvolvendo, há certo tempo, ações relacionadas à saúde preventiva: o Programa de Prevenção e Controle das Doenças Cardiovasculares, campanhas de vacinação e, agora, o Programa de Exames Preventivos; além da colaboração na realização da feira anual de saúde desde 1996 e de um trabalho constante do Comitê de Qualidade de Vida, em conjunto com outros setores do Tribunal para a promoção e manutenção da saúde do servidor.

Por quatro dias do mês de abril foi feita a campanha de vacinação contra a gripe, com o objetivo de reduzir as faltas ao trabalho. Cerca de 600 pessoas, cadastradas anteriormente, foram vacinadas no Setor de Enfermagem (Disau). Esse trabalho é feito, anualmente, desde 1999 e teve, neste ano, uma adesão bem superior à do ano passado.

Também já foi realizada no Tribunal campanha de vacinação para o adulto, em parceria com a Fundação

Nacional de Saúde. Na ocasião, os servidores foram imunizados contra hepatite b, tétano, difteria, febre amarela, sarampo, rubéola e caxumba (contra as três últimas foi aplicada a tríplice viral).

O Programa de Prevenção e Controle das Doenças Cardiovasculares vem sendo feito desde 2000. Entre as ações previstas neste programa está a comemoração da Semana do Coração, em parceria com a Sociedade Brasileira de Cardiologia, quando é aferida a pressão arterial dos magistrados, servidores, terceirizados e estagiários de todas as unidades do Tribunal em seu local de trabalho pelo Setor de Enfermagem. Na oportunidade são detectadas as pessoas que apresentam hipertensão arterial para que possam ser acompanhadas pelo Serviço Médico.

Aliado a esta ação está ainda o trabalho educativo com a distribuição de material impresso e com palestras temáticas, antes das quais se verifica a taxa de colesterol e de glicemia no sangue.

O Programa de Exames Preventivos destina-se a todos os servidores e magistrados e consiste na indicação de exames, considerando-se a idade e os riscos pela função desempenhada por eles, e na avaliação dos resultados por médico

do Tribunal que encaminhará o servidor, se necessário, para especialista.

Está sendo desenvolvido por meio de visitas realizadas pelas enfermeiras às unidades, para contato direto com as pessoas, quando lhes são oferecidas orientações e explicações sobre os exames e feita a verificação da situação de cada um. Nesse momento é feito também o agendamento de consulta com médico do Tribunal para avaliação dos resultados. Esse trabalho teve início nos setores considerados de maior risco e, agora, está sendo desenvolvido nos gabinetes.

O programa de exames preventivos será realizado a cada ano para as pessoas acima de 45 anos e, a cada dois anos, para os demais. Os resultados serão registrados nos prontuários eletrônicos de cada um, recentemente criados em formato de relatório.

O perfil traçado de cada examinado possibilitará o levantamento dos problemas e o conseqüente planejamento de ações preventivas.

Esse trabalho tem também como objetivo a detecção prévia de algumas patologias, o que possibilita maiores chances de cura e melhorando a qualidade de vida no trabalho dos servidores da casa. Além disso, contribui para a redução de gastos pelo Tribunal e pelo paciente.

A saúde preventiva tem sido uma preocupação crescente na pauta dos profissionais de promoção de saúde, percebendo-se também certa consciência de determinados segmentos da sociedade na busca de um equilíbrio entre as forças da natureza e as que estão dentro e fora das pessoas, origem das doenças, na concepção, há muito iniciada, por Hipócrates, considerado o pai da medicina.



Membros do Comitê do PGQVT

Agnaldo Dias de Souza
Andréa Balsini Ghisi
Antônio Magnaldo Timo Leite
Cristine Caltabiano Neves Frauzinho
Conceição de Maria Pereira de Carvalho
Daniela Amorim Reis
Eliete dos Santos Teixeira

Etiene Gomes de Carvalho
Iraci Moreira Borges
José Carlos Viana
José Murilo Cruz Brito
Juliana B. Espíndola Moreira
Maria Angela Rocha Paes
Maria de Lourdes Montes

Maura Gomes de Carvalho
Nádia B. da Cruz Santana
Neslita Costa Silva
Roberta Costa Matos
Ruth Maria Cruz Vaz
Sérgio Faria L. da F. Neto